

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reclamação sobre auditores em conselhos de empresas chega ao MP 3

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entra no radar uma nova reforma da Previdência (Editorial) 5

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Precatórios começam a ser pagos agora em janeiro; veja como consultar se você tem dinheiro a receber 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Abertura de crédito extraordinário garante pagamento de precatórios 8

O ESTADO DE S. PAULO - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL

Precatórios devem estimular consumo e alavancar o PIB 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Precatório deve dar empurrão ao PIB 11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O papel central da União no combate ao crime organizado (Artigo) 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf derruba IRRF sobre rendimentos de fundo 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes conseguem no Judiciário afastar tributação de benefícios fiscais 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

STF retoma trabalhos sem pautas atritantes 18

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF marca dia para julgar 'revisão da vida toda' 19

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda volta para julgamento na quinta (1º) (inss) 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

No campo, um déficit maior da previdência 22

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Fila do INSS cresce 33,15% em 2023 24

Segunda-Feira, 29 de Janeiro de 2024

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS faz mutirão de perícias médicas 26

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 8 27

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentou? Invista em franquias para se manter na ativa 28

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após reforma tributária, conta de água vai subir 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investimento nos municípios cresce 28%, mas queda de repasses afeta arrecadação 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após taxaço de fundo exclusivo, aposta é em carteira administrada 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado teme volatilidade e fiscal pior com Trump 37

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prazo para inscrição no Simples Nacional termina dia 31 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Cenário é positivo para déficit zero em 2024, diz secretário 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Copom deve manter plano de voo e cortar Selic em 0,5 ponto 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Por que BCs resistem a acelerar corte de juros 46

Reclamação sobre auditores em conselhos de empresas chega ao MPF

Gabriel Shinohara, Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana

A divisão entre auditores fiscais sobre a possibilidade de integrarem conselhos de empresas públicas ou de economia mista e receberem jetons (pagamentos) para isso elevou a insatisfação da categoria, considerada peça relevante na arrecadação tributária.

Esse novo capítulo se segue à previsão abaixo do esperado pelos auditores no Orçamento para os pagamentos do bônus de eficiência, que motivou a paralisação da categoria. Posteriormente, a insatisfação aumentou após o governo pedir no Superior Tribunal de Justiça (STJ) o funcionamento paritário dos julgamentos administrativos.

A prática de integrar conselhos de empresas rendeu questionamento ao Ministério Público Federal (MPF). Um dos casos levados ao órgão é do atual presidente do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, que também é conselheiro no Serpro. A empresa de tecnologia tem processos que tramitam na autarquia.

A primeira participação do presidente do **Carf** em reuniões do conselho fiscal do Serpro foi em maio. Ele recebeu em outubro jeton de R\$ 4,2 mil pelo trabalho no conselho, mostra o Portal da Transparência. Questionado, o Serpro ressaltou que o papel do conselho fiscal é apenas de fiscalização dos atos administrativos e financeiros, "visando a aderência às normas contábeis e legais, e que não tem envolvimento com decisões executivas".

O presidente do **Carf** foi procurado pela reportagem por meio da assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda, que compreende o Conselho Administrativo.

A pasta, por sua vez, informou em nota que caso o presidente do órgão, na função de conselheiro fiscal do Serpro, se depare com matérias "que se relacionem minimamente com o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**, se declarará impedido no caso específico".

A mesma denúncia sobre Higino feita ao MPF também incluiu mais três auditores que ocupam vagas nos conselhos do Banco Do Nordeste Do Brasil, Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros.

O MPF confirma que recebeu a representação no dia 16 de janeiro. O caso está em fase de análise preliminar para definição dos próximos passos, o que pode significar instauração de inquérito, arquivamento ou outras medidas cabíveis.

Não há prazo para conclusão da avaliação inicial.

De acordo com uma fonte da categoria, a insatisfação com os jetons se fortaleceu depois que o Sindifisco Nacional se manifestou pela legalidade das participações de auditores fiscais em conselhos de empresas públicas.

O sindicato, que é um dos representantes da categoria, entende que não há impedimento legal para a participação de auditores fiscais nos conselhos de empresas estatais, desde que observada a vedação ao conflito de interesses. "É importante que os conselheiros dessas entidades atuem no sentido de fazer com que sejam exemplares no cumprimento da legislação brasileira, especialmente no cumprimento da **legislação tributária**", informa em nota ao Valor.

A **Receita Federal** destaca que não há ilegalidade na prática.

"De acordo com as normas legais em vigor (Decretos e a Lei das Estatais), todas as indicações para conselhos de empresas são avaliadas pela Casa Civil no que diz respeito à existência de conflitos de interesse e de qualificação para a função", diz o Fisco, em nota.

Questionada pela reportagem sobre possível conflito de interesses, a Casa Civil negou. "O conflito de interesse se manifesta, por exemplo, no desenvolvimento de atividades em áreas ou matérias correlatas, o que não é o caso. Esses servidores enquanto conselheiros de administração, indicados pelo ministro, desempenham seu papel na administração da empresa o que certamente não é atividade em área ou matéria correlata com o seu cargo no serviço público, tendo em vista que empresas públicas e sociedades de economia mista não desenvolvem atividades de administração tributária e **aduaneira**." Juliana Sakai, diretora-executiva da Transparência Brasil, afirma que não há nada expresso em termos legais que impeça os servidores

de ocuparem vagas em conselhos, mas pondera que o exercício de um auditor demanda isonomia.

Eventualmente, pode não ser possível apurar se uma pessoa pode estar em um caso de conflito de interesse, diz. Ainda segundo a diretora, regras de compliance e controle interno deveriam deixar mais claro quando há possível conflito de competência.

Para Sakai é importante que transpareça que há independência e autonomia para o auditor.

De forma geral, a Lei de Conflitos de Interesse (Lei nº 12.813, de 2013) define algumas situações conflituosas, como exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual ele participe. Guilherme France, gerente do Centro de Conhecimento Anticorrupção da Transparência Internacional - Brasil, ressalta que, no caso do presidente do **Carf**, ele poderia eventualmente participar de julgamentos que envolvam estatais e tem competências que podem, mesmo que indiretamente, afetar as empresas, "como a edição de atos administrativos". France ressalta que é importante que os auditores mantenham atualizados as declarações de bens e interesses "que possibilitem o monitoramento permanente das eventuais circunstâncias em que haja conflito entre seus interesses privados e os interesses públicos correspondentes aos órgãos em que atuam".

Procurada, a Emgea afirmou que, em conformidade com a Lei no 13.303, de 2016, que rege as estatais, não há impedimento legal a que auditores fiscais integrem conselhos de empresas públicas e de economia mista.

A Ativos informou que a nomeação dos membros de seus conselhos ocorre só depois de processo de verificação do atendimento dos critérios e ausência de vedações, previstos na legislação vigente, no estatuto social e normativos internos do Banco do Brasil e da empresa.

O Banco do Nordeste afirmou que a indicação foi analisada pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e todos os requisitos do cargo foram preenchidos.

Insatisfação com jetons se fortaleceu após sindicato se manifestar pela legalidade

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187776>

Entra no radar uma nova reforma da Previdência (Editorial)

Acumulam-se os motivos de apreensão com a sustentabilidade da **Previdência Social**. Nos 12 meses terminados em novembro, o governo gastou R\$ 394,7 bilhões com a previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, **servidores públicos** federais e militares, inativos e pensionistas.

A despesa equivale a 3,95% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A previsão é que o rombo siga aumentando, em consequência do envelhecimento da população e de regras especiais que permitem o pagamento de contribuições menores para algumas categorias, como os MEIs, e maiores benefícios para outras, como os militares e funcionários públicos de Estados e municípios, que escaparam das mudanças feitas na reforma de 2019.

O detalhamento do Censo de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou o envelhecimento da população. O número de pessoas com 60 anos ou mais cresceu 4,5 vezes entre 1980 e 2022, e esse grupo já representa 15,8% do total de 203,1 milhões de habitantes no país. Em 1980, era equivalente a 6,1%. Por outro lado, a fatia da população de contribuintes em potencial da Previdência, na faixa de 20 a 59 anos, cresceu pouco mais de duas vezes, para 57,3%.

Do déficit total da Previdência, R\$ 290,3 bilhões no acumulado em 12 meses até novembro, ou 73,5% do total, estão concentrados no Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), que abrange os trabalhadores do setor privado, cerca de 28 milhões de beneficiários. Nesse grupo, as despesas aumentaram 8,5% em um ano. Mas, o déficit da Previdência dos **servidores públicos** e dos militares e pensionistas é mais preocupante por ser proporcionalmente maior em relação ao número de beneficiários. Com pouco mais de 1 milhão de beneficiários, o déficit dos dois regimes totalizou R\$ 104,3 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro, sendo R\$ 54,7 bilhões no caso dos funcionários públicos do Poder Executivo e R\$ 49,6 bilhões no dos militares inativos e pensionistas.

O próprio governo reconheceu que a reforma da Previdência não iria trazer equilíbrio, mas sim diminuir a velocidade de crescimento do rombo e evitar uma explosão. Algumas medidas da reforma até levam

algum tempo para fazer efeito, como o alongamento da idade para a aposentadoria. Fatores imponderáveis podem interferir nos gastos. Tanto a pandemia quanto a redução das filas de espera para a concessão de benefícios, que haviam aumentado no fim do governo de Bolsonaro, aceleraram os gastos com a Previdência em 2023. A recuperação do mercado de trabalho, por outro lado, contrabalançou, com o aumento das contribuições.

Mas a tendência é de aumento do déficit, que pode superar os 10% em relação ao **PIB** na segunda metade do século, tornando inevitável uma nova reforma. Até porque alguns velhos problemas ficaram fora da reforma de 2019, e, na tramitação, mais alguns escaparam de uma solução. O Congresso excluiu das novas regras os funcionários públicos estaduais e municipais e os MEIs, por exemplo. O trabalhador rural e os militares também têm regras diferenciadas especiais.

O especialista em previdência Rogério Nagamine Constanzi prevê que o déficit atuarial dos MEIs vai chegar a R\$ 1,4 trilhão em até seis décadas, diante do descompasso da contribuição ao **INSS** de 5% do salário mínimo, dos benefícios que usufruem e da crescente expansão da categoria. No setor privado, as alíquotas progressivas de contribuição ao **INSS** variam entre 7,5% e 14% do salário, o que significa uma alíquota efetiva máxima de 11%. Além disso, há a contribuição patronal de 20%. O aumento do limite do MEI em estudo pelo governo pode turbinar esses gastos.

Constanzi leva em conta em suas projeções o contingente de 13,2 milhões de MEIs constatado pelo IBGE em 2021. A **Receita Federal** já registra um número maior, de 15,6 milhões.

O especialista calcula que os MEIs representam cerca de 10% dos contribuintes do RGPS, mas apenas 1% da arrecadação.

Além de tudo, o programa não resultou no aumento da formalização da economia como se esperava. A aposentadoria rural é outro ponto que merece estudos. O trabalhador rural pode se aposentar mais cedo que os demais segurados do **INSS** - com 55 anos no caso das mulheres e 60 anos no dos homens, para 62 e 65, respectivamente -, e não precisa contribuir para a

Previdência. Basta ter no mínimo 180 meses de atividade rural comprovada.

Discrepâncias mais complexas de se mudar são as regras para os funcionários públicos pelo potencial de pressão. A partir de 2013, o teto do benefício dessa categoria passou a ser igual ao do **INSS**. Mas quem entrou no funcionalismo antes não tem esse teto, e quem entrou até 2003 goza benefício igual ao valor do último salário. No caso dos militares, há benefícios generosos como a pensão vitalícia para filhas.

O governo Lula ressuscitou o aumento real do salário mínimo, levando em conta o **PIB** de dois anos anteriores.

Mais da metade dos benefícios previdenciários são corrigidos pelo mínimo, assim como o BPC, auxílio desemprego e outros. Em 10 anos, a um crescimento de 2%, são mais R\$ 550 bilhões de gastos (Fabio Giambiagi, Globo, 26-01). A Previdência apresentará desequilíbrios crescentes.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187776>

Precatórios começam a ser pagos agora em janeiro; veja como consultar se você tem dinheiro a receber

SÃO PAULO E BRASÍLIA - Parte dos mais de R\$ 90 bilhões pagos em precatórios pelo governo federal começou a ser distribuída aos tribunais regionais em dezembro do ano passado. Segundo o Conselho da Justiça Federal (CJF), os valores devem estar disponíveis para saques a partir de janeiro, seguindo o cronograma de cada Tribunal Regional Federal (TRF).

No mês passado, a Justiça já liberou R\$ 27,7 bilhões para pagar aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

De acordo com o CJF, a lista de pagamento seguirá a ordem cronológica de apresentação dos precatórios e os casos de preferência garantidos pela Constituição.

Os precatórios são dívidas do governo com pessoas e empresas cujo pagamento já está determinado pela Justiça em última instância. Esses valores estavam represados devido à chamada PEC do Calote, que pedalou o pagamento dessas dívidas da União durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro até 2026.

Em dezembro do ano passado, porém, o governo Lula editou uma Medida Provisória que abriu um crédito extraordinário - fora do limite de despesas - de R\$ 93,1 bilhões para quitar esse estoque.

Para saber se os valores já foram liberados, é preciso consultar o andamento do processo nos sites dos tribunais regionais federais. A pesquisa pode ser feita pelo CPF, nome da parte ou número do processo. Veja abaixo a lista de sites para consulta:

O CJF esclarece que os depósitos não serão feitos em contas pessoais. Eles serão transferidos para a Caixa Econômica Federal e para o Banco do Brasil. O beneficiário precisa ir até uma agência, munido de documentos pessoais, para fazer o saque. Uma transferência via TED também é possível desde que a conta esteja indicada.

O CFJ alerta, ainda, para diferentes tipos de golpes aplicados aos beneficiários de precatórios. Por esse motivo, destaca que a Justiça não cobra taxas para o pagamento dessas dívidas e que deve-se ter atenção

a mensagens recebidas por e-mail ou telefone. A Justiça Federal não entra em contato por meio de links.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/precatórios-comecam-a-ser-pagos-agora-em-janeiro-veja-como-consultar-se-voce-tem-dinheiro-a-receber,f3ae5ac19cbe9324cbb28fdd48f858e1060laau8.html>

Abertura de crédito extraordinário garante pagamento de precatórios

**LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO BIANCA LIMA
BRASÍLIA | DANIEL TOZZI MENDES e MARIANNA
GUALTER**

A sistemática de pagamento dos precatórios autorizada pelo Supremo Tribunal Federal - de abertura de crédito extraordinário sem infringir as regras fiscais - também valerá para 2025 e 2026. Ou seja, os valores que excederem o "subteto" das dívidas que havia sido criado no governo Bolsonaro para esses dois anos também poderão ser pagos sem serem computados no limite de gastos e na meta de resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros).

À época do julgamento, em novembro de 2023, o ministro relator do caso, Luiz Fux, não aceitou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para que parte dos precatórios também fosse classificada como despesa financeira (sem impactar o resultado primário das contas públicas).

Mas, na prática, a decisão - de permitir o uso de crédito extraordinário até 2026 - dá tempo para governo e Congresso discutirem esse ponto, que foi motivo de grande controvérsia desde que o Ministério da Fazenda apresentou uma proposta para alterar definitivamente a forma como esses pagamentos são computados.

Pela proposta da equipe econômica, o valor principal da dívida seria tratado como uma despesa primária e entraria na lista de gastos submetidos ao teto de gastos. Já o que fosse referente ao pagamento de juros seria segregado e tratado como despesa financeira.

"VITÓRIA DE PIRRO". Embora o estímulo via pagamento de precatórios não seja capaz de mudar inteiramente o quadro de desaceleração da economia esperado para este ano, toda ajuda é bem-vinda para o governo, que monitora de perto os números do **PIB**.

O ritmo da atividade brasileira é uma das grandes preocupações da equipe econômica em 2024, ano de disputa eleitoral nos municípios - considerada fundamental pelo PT para fortalecer a legenda para o pleito presidencial de 2026.

No ano passado, o desempenho da economia

brasileira surpreendeu os analistas, mas os últimos números disponíveis confirmam que o País terminou 2023 em desaceleração. No terceiro trimestre do ano passado, a variação foi de apenas 0,1% na comparação com o trimestre anterior, ante um salto de 1% no segundo trimestre. A questão é que, segundo analistas, o resultado foi impulsionado pelo bom desempenho do primeiro semestre, diante de dados excepcionais do agronegócio - que não devem se repetir em 2024, quando o setor enfrenta quebra de safra, preço mais baixo das commodities e custo elevado de produção.

De fato, o estímulo via precatórios, segundo os economistas, não deve representar uma guinada nesse cenário de desaceleração.

"É um impacto de crescimento com bases muito frágeis", afirma Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Nas contas da MB, o **PIB** deve crescer 1,7% neste ano, e o estímulo via precatórios pode significar um estímulo entre 0,2 e 0,3 ponto porcentual - o que levaria a alta para 2%. "Tem um movimento de queda de juros, do Desenrola (programa do governo federal de renegociação de dívidas) e dos precatórios. Tudo isso pode formar um combo de ajuda em termos de inadimplência para a população que pode ser interessante", diz Vale.

Mas, segundo ele, trata-se de "uma vitória de Pirro".

"Tem toda a discussão de piora fiscal que a gente viu no último ano, com aumento do déficit.

Quando a gente coloca o custo final disso lá na frente, é mais juros por causa desse déficit elevado", diz Vale.

-

Mercado vê impacto em déficit do governo em dezembro

Os gastos da União com precatórios devem puxar o saldo negativo esperado para as contas do governo central em dezembro, apontam economistas ouvidos pelo Projeções Broadcast.

A mediana projetada pelo mercado é de R\$ 116,70

bilhões, após saldo negativo de R\$ 39,389 bilhões em novembro.

Se o número se confirmar, será o maior déficit da série histórica para o mês em termos nominais, superando o resultado negativo de dezembro de 2016 (-R\$ 62,446 bilhões).

Os dados oficiais, referentes às contas de Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**, serão divulgados hoje pelo secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Na avaliação do economista Christian Meduna, do banco BV, o resultado previsto para o mês mostra uma deterioração em relação a dezembro do ano passado, mesmo descontados os efeitos do pagamento de precatórios, que segundo ele devem somar pouco mais de R\$ 93,0 bilhões no mês. Já a XP diz que, além do efeito preponderante dos precatórios, o resultado primário do mês deverá ser afetado pelas transferências da União para Estados relacionadas à compensação pela perda de arrecadação com ICMS.

Como consultar !

Pagamentos de dívidas começam neste mês

Recursos

Parte dos mais de R\$ 90 bilhões pagos em precatórios pela União começou a ser distribuída aos Tribunais Regionais em dezembro passado.

Segundo o Conselho da Justiça Federal, os valores devem estar disponíveis para saques a partir de janeiro. No mês passado, a Justiça já liberou R\$ 27,7 bilhões para pagar aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**)

Critério

A lista de pagamento seguirá a ordem cronológica de apresentação dos precatórios e os casos de preferência garantidos pela Constituição. Para saber se os valores já foram liberados, é preciso consultar o andamento do processo nos sites dos Tribunais Regionais federais. A pesquisa pode ser feita pelo CPF, nome da parte ou número do processo | Atenção a golpes A Justiça não cobra taxas para o pagamento dessas dívidas, e é preciso ter atenção a mensagens recebidas por e-mail ou telefone. A Justiça Federal não entra em contato por meio de links

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Precatórios devem estimular consumo e alavancar o PIB

E N Dinheiro circulando __ B1 e B2

O pagamento de precatórios, determinado pelo governo federal no fim do ano passado, deve dar estímulo extra à atividade econômica, fazendo com que o Produto Interno Bruto (**PIB**) tenha desempenho melhor do que o esperado. Em dezembro, o governo abriu crédito extraordinário de R\$ 93,1 bilhões para quitar essas dívidas cujo pagamento já está determinado pela Justiça. Desse montante, R\$ 46 bilhões devem ficar com pessoas físicas - R\$ 27,7 bilhões foram depositados para aposentados e pensionistas do **INSS**. Isso, na opinião de analistas, tende a impulsionar o consumo das famílias nos primeiros meses do ano. Projeções estimam impacto de até 0,3 ponto porcentual no **PIB**, o que sinalizaria um crescimento da economia mais próximo de 2%, ante previsão inicial de 1,6%. O estímulo, no entanto, não é capaz de mudar o quadro de desaceleração esperado para 2024.

"É um impacto de crescimento (do Produto Interno Bruto) com bases muito frágeis" Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Precatório deve dar empurrão ao PIB

**LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO BIANCA LIMA
BRASÍLIA**

Os bilhões que o GOVERNO liberou para PAGAMENTO em precatórios no fim de 2023, para encerrar o calote dado pela gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, devem representar um fôlego adicional à atividade econômica neste ano, fazendo com que o Brasil cresça mais do que o esperado.

O estímulo via PAGAMENTO de dívidas judiciais da União tem capacidade de turbinar o CONSUMO das famílias e ampliar o crescimento do **PIB** entre 0,2 e 0,3 ponto porcentual, de acordo com economistas ouvidos pelo Estadão.

Esse impulso ainda não provocou uma revisão das PROJEÇÕES de bancos e consultorias, mas, se confirmado, deve ajudar a sinalizar um crescimento mais próximo de 2% - ante uma previsão de 1,6%, segundo o Boletim Focus, mas ainda longe dos 3% esperados para 2023.

Os precatórios são dívidas do GOVERNO com pessoas e EMPRESA cujo PAGAMENTO já está determinado pela Justiça em última instância. Esses valores estavam represados devido à "PEC do Calote", que "pedalou" o PAGAMENTO dessas dívidas da União no GOVERNO Bolsonaro até 2026.

Em dezembro passado, o GOVERNO Lula editou medida provisória que abriu um CRÉDITO extraordinário (fora do limite de despesas) de R\$ 93,1 bilhões para quitar esse estoque. Desse montante, R\$ 27,7 bilhões foram depositados a aposentados e pensionistas do **INSS**.

Na leitura dos analistas, esses montantes bilionários, ainda que pontuais, tendem a beneficiar o CONSUMO das famílias nos primeiros meses do ano.

O economista Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição FISCAL Independente (IFI), destaca que cerca de R\$ 46 bilhões devem ser destinados a pessoas físicas. "Prevemos um impacto de 0,24 (ponto porcentual) no **PIB** considerando esses R\$ 46 bilhões", afirma Barros. "No caso do que vai para as EMPRESA, é mais difícil de saber o que vai ser feito. Pode ficar no caixa, abater dívida e, eventualmente, até recompor liquidez." A previsão do Itaú é bastante parecida. Os bilhões dos precatórios podem melhorar o resultado do **PIB** de 2024 em 0,2 ponto porcentual. Se todo o montante que foi pago em

precatório virasse CONSUMO, o impacto seria ainda maior - de até 0,5 ponto. "Mas dizer que tudo vai virar CONSUMO pode ser um certo exagero", diz Julia Gottlieb, economista do banco.

Ela cita alguns atenuantes: primeiro, a incidência de Imposto de Renda sobre o valor pago a pessoas físicas. Segundo, o fato de parte dos precatórios já ter sido negociada no mercado secundário - ou seja, esse dinheiro já pode ter chegado ao bolso consumidor.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O papel central da União no combate ao crime organizado (Artigo)

Maria Sílvia Marques e Joana Monteiro

Maria Sílvia Bastos Marques, doutora em economia, foi presidente do Goldman Sachs, BNDES, Empresa Olímpica Municipal, Icatu Seguros, CSN e secretária de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro.

Joana Monteiro é economista e coordenadora do Centro de Ciência Aplicada a Segurança da FGV.

De acordo com pesquisas nacionais recentes, o aumento da sensação de insegurança e a escalada da criminalidade são os principais motivos de preocupação dos brasileiros. Nas últimas décadas, as duas maiores facções criminosas do Brasil, PCC e CV, ultrapassaram as fronteiras de seus Estados e do país, associaram-se a outras facções, inclusive internacionais, e ampliaram sua atuação muito além do tráfico de drogas e de armas. Simultaneamente, assistimos ao crescimento das milícias, dominando territórios e subjugando moradores, no Estado do Rio de Janeiro, mas também em outros Estados da federação.

Em 2023, o Relatório Mundial sobre Drogas, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, apresentou, pela primeira vez, um capítulo sobre o tráfico de drogas e crimes ambientais na Amazônia. De acordo com o documento, o narcotráfico tem utilizado as rotas de escoamento das drogas para explorar outras atividades ilegais, como as de extração de madeira, mineração e tráfico de animais silvestres.

Além do significativo impacto ambiental, os povos indígenas e outras minorias, têm sido cada vez mais expostos à violência por parte de traficantes e grupos armados, em especial os defensores do meio ambiente.

O estudo "Cartografias da Violência na Amazônia", divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em novembro de 2023, mostra números alarmantes.

Pelo menos 22 facções do crime organizado, inclusive não brasileiras, estão presentes em todos os Estados da Amazônia legal, sujeitando cerca de um terço de seus habitantes a viverem em áreas conflagradas e subjugados a situações de violência extrema.

Não por acaso, ainda de acordo com o mesmo

documento, em 2022, a taxa média de mortes violentas intencionais na região foi de 33,8 por 100 mil habitantes, 45% superior à média nacional, de 23,3 mortes. Os povos indígenas e ribeirinhos têm sido especialmente afetados e, como subgrupo, as mulheres. Em outubro de 2023, o Instituto Igarapé reportou que, em 10 anos, houve 765 ataques contra mulheres que denunciaram atividades ilegais na região, tendo 36 lideranças femininas sido assassinadas nesse período.

Além do brutal impacto sobre a qualidade de vida, também o crescimento econômico do país é afetado pela criminalidade e violência, que desestimulam investimentos, aumentam os custos das empresas, distorcem a alocação de recursos e reduzem a produtividade.

Segundo estudo do FMI de dezembro de 2023, se a criminalidade na América Latina caísse para o nível da média mundial, o crescimento médio anual da região aumentaria em 0,5 ponto de porcentagem, cerca de 1/3 do crescimento médio verificado no período 2017/19.

O que temos visto, em termos de reação do Estado brasileiro a essa situação inaceitável, que penaliza o desenvolvimento do país e sujeita os cidadãos, especialmente os de menor poder aquisitivo, a um cotidiano de perigo e violência? Como ficam temas basilares, como Estado de Direito, Democracia e Proteção ao Meio Ambiente, nesse contexto em que o crime organizado representa uma ameaça permanente à segurança pública?

Infelizmente, nas décadas recentes, a cada explosão de situações de violência, seja em presídios, episódios de destruição de patrimônio público, confrontos entre facções ou milícias e outras, a resposta das autoridades estaduais e federal tem sido o anúncio de planos de curta duração, quase sempre com a participação das Forças Armadas. Planos que até podem ter gerado algum impacto positivo no curto prazo, mas que foram incapazes de evitar a expansão da atuação das milícias e das facções criminosas.

Combater o crime organizado, que não está mais restrito às fronteiras dos Estados nem às do país, é hoje o mais complexo e urgente desafio de segurança pública do Brasil. Nunca houve, até o momento, uma

política pública nacional de prevenção e combate ao crime organizado, estruturada nos três níveis de governo, e de longo prazo, à semelhança, por exemplo, do Programa Nacional de Imunizações, coordenado, desde 1973, pelo Ministério da Saúde e com ações compartilhadas por Estados e municípios.

Pelo contrário, a narrativa que foi construída ao longo das últimas décadas, recorrentemente repetida pela mídia, especialistas, governo federal e até mesmo pelos governadores, é que segurança pública é responsabilidade constitucional exclusiva dos Estados, que contam apenas com a episódica "ajuda" do governo federal, nos momentos de crise aguda.

Ora, o artigo 144 da Constituição Federal diz que segurança pública é dever do Estado, de forma similar ao que a Carta regra nas áreas de saúde e educação.

Claro que os Estados são responsáveis pelo policiamento de seus territórios, pois as polícias civis e militares são comandadas pelos governadores. No entanto, cabe à Polícia Federal, entre outras responsabilidades, prevenir e reprimir o contrabando e tráfico ilegal de drogas e de armas e exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras. Todos, temas cruciais para o combate ao crime organizado e que são de responsabilidade federal.

Adicionalmente, órgãos federais, como o Coaf e a **Receita Federal**, também detêm competências essenciais para o combate às organizações criminosas.

Isso sem mencionar aspectos operacionais, como a sistematização e compartilhamento de informações, acordos internacionais para identificar lavagem de dinheiro, incentivos para a adoção de melhores práticas nacionais e internacionais no sistema prisional e nas polícias, iniciativas que não são factíveis sem a liderança e coordenação do governo federal.

É urgente a construção de uma política nacional de combate e prevenção ao crime organizado, de longo prazo. Essa política deve definir, de forma clara, as responsabilidades e atribuições de cada ente da federação e organizar a ação pública nesse tema tão sensível para a nação, elaborando um desenho institucional que facilite a colaboração entre órgãos federais, estaduais, municipais e o sistema de Justiça.

Cabe ao governo federal assumir a responsabilidade, como função de Estado, da coordenação dessa política pública, que precisa ser desdobrada em planos de ação com metas, métricas para avaliação e cronogramas.

Precisamos responder à pergunta: onde o Brasil

deseja estar, em termos de controle do crime organizado, daqui a 3, 5 e 10 anos. Precisamos evitar, a qualquer custo, autoridades públicas, instituições e sociedade civil, o ponto de não retorno.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187776>

Carf derruba IRRF sobre rendimentos de fundo

Beatriz Olivon De Brasília

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** cancelou uma cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos remetidos a cotistas estrangeiros de Fundo de Investimento em Participações (FIP). A decisão, unânime, é da 1ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção. Cabe recurso.

Há regra para isenção de IRRF.

Porém, no caso, a **Receita Federal** considerou que havia planejamento tributário abusivo por não terem sido identificados os beneficiários finais (pessoas físicas) dos valores resgatados.

Na autuação, a fiscalização cobra IRRF, à alíquota de 35%, sobre pagamentos realizados pela Dynamo V.C. Administradora de Recursos a cotistas residentes e domiciliados no exterior. São referentes a resgate de cotas decorrente da liquidação do fundo.

Para o contribuinte, deveria ser aplicado o artigo 3º da Lei nº 11.312, de 2006. O dispositivo prevê a redução de alíquota do IRRF a zero sobre os rendimentos de aplicações em Fundo de Investimento em Participações pagos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior. O dispositivo exige, para o benefício, alguns requisitos - entre eles, o beneficiário não estar em paraíso fiscal.

Se não cumpridos, aplica-se normalmente alíquota de 15%.

No caso, porém, a Receita aplicou outra lei, a de nº 8.981, de 1995, e cobrou a alíquota de 35%, prevista para casos em que se realiza pagamento a beneficiário não identificado.

O órgão exigiu que o administrador do fundo informasse toda a cadeia da estrutura societária de cada um desses cotistas estrangeiros para se chegar à identificação das pessoas físicas beneficiárias finais dos pagamentos.

As informações, porém, não foram fornecidas.

No julgamento, os conselheiros levaram em consideração que o artigo 61 da Lei nº 8.981, de 1995, não exige a identificação do beneficiário final e seria

uma norma geral. Já o artigo 3º da Lei nº 11.312, de 2006, seria uma norma especial, aplicável em situações específicas de pagamento de rendimentos de fundos de investimento em participações a cotistas residentes ou domiciliados no exterior.

Para os conselheiros, a Lei nº 9.613, de 1998, e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central, citadas pela Receita na autuação, são normas relacionadas a ilícitos contra o sistema financeiro nacional.

Portanto, não serviriam de justificativa para a aplicação da alíquota de 35% (processo nº 10872.720029/2018-33).

Segundo o tributarista Caio Malpighi, do VBSO Advogados, esse tipo de autuação é despropositada.

"Sabemos que os FIPs sempre foram foco de fiscalização da Receita. Geralmente, o órgão tenta desconstituir planejamentos patrimoniais e tributários que se valem dos FIPs, diante dos benefícios tributários que esse tipo de estrutura possui", diz.

A Receita, acrescenta ele, tentou burlar um benefício fiscal resguardado por lei. "Essa fiscalização por parte da Receita é o tipo de comportamento que afasta estrangeiros que querem investir no Brasil. É um repelente de capital estrangeiro." O advogado destaca que a Lei nº 14.754, de 2023, traz alterações nas regras gerais de tributação de rendimentos de fundos de investimento no Brasil e, ainda assim, resguardou expressamente os cotistas estrangeiros de FIPs no país, deixando-os de fora da nova regra de tributação periódica. "Certamente, a finalidade do legislador foi dar continuidade à política fiscal de incentivo ao investimento estrangeiro no Brasil", afirma.

Fernando Colucci, sócio do Machado Meyer Advogados, diz que a autuação confirma que, de fato, as autoridades fiscais não estão se dando por satisfeitas em analisar simplesmente o primeiro nível de investidores e querem analisar a cadeia inteira. O advogado explica que, até a alteração recente, havia um "teste dos 40%" - nenhum investidor estrangeiro poderia ter mais de 40% das cotas. Muitas vezes, explica, a fiscalização desconsidera o primeiro nível de investidores no exterior para saber se são mesmo pessoas não relacionadas e verificar se foi cumprido o

limite de 40%.

No caso, como a gestora do fundo não apresentou informações sobre os beneficiários finais, a **Receita Federal** decidiu ser mais rigorosa e adotar a regra do pagamento para casos de não identificação. Mas no julgamento, afirma o advogado, levou-se em consideração que não havia fundamento para a aplicação da alíquota maior, de 35%.

Em nota, a Dynamo informa que estava confiante do resultado e que não recebeu outras autuações similares. "Buscamos agir sempre de acordo com as normas vigentes", diz. A Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

"Os FIPs sempre foram foco de fiscalização da **Receita Federal**" Caio Malpighi

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187776>

Contribuintes conseguem no Judiciário afastar tributação de benefícios fiscais

Marcela Villar De São Paulo

Os contribuintes têm conseguido na Justiça afastar a tributação sobre benefícios fiscais de ICMS. Pelo menos seis liminares foram concedidas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná e no Distrito Federal. Beneficiam empresas como Renner e Laticínios Catupiry, além de dois sindicatos empresariais.

Os processos, com impacto bilionário, questionam a aplicação da Lei das Subvenções (Lei nº 14.789/2023). A norma alterou as regras de tributação de incentivos fiscais para investimentos concedidos por Estados. A taxa desses benefícios é uma das principais medidas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para cumprir a meta fiscal e zerar o déficit em 2024. Segundo estimativa do Ministério, deve gerar um retorno de R\$ 35 bilhões para os cofres públicos somente neste ano.

Na prática, as liminares beneficiam mais de 220 empresas, já que duas delas foram concedidas em mandados de segurança coletivos - ou seja, valem para todos os associados dos sindicatos.

O Sindiatacadista do Distrito Federal, um dos beneficiados, representa mais de 190 contribuintes.

O outro, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), 27.

As decisões impedem a cobrança tanto do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL quanto do PIS e da Cofins. Todos os pedidos seguem a mesma tese: haveria ofensa ao pacto federativo.

A argumentação das empresas é de que o governo federal não pode tributar um incentivo dado pelo Estado, voltado para atrair empresas e fomentar a competitividade.

Em algumas ações, discute-se ainda o conceito de renda e faturamento.

Segundo os contribuintes, os benefícios fiscais representam redução de custo e não incremento de receita. "O benefício não gera um acréscimo patrimonial e é preciso respeitar a imunidade recíproca.

Se o Estado está cedendo, não pode a União tributar a receita do Estado", afirma o advogado Leandro Aleixo, sócio-fundador do escritório AleixoMaia.

A banca, diz o advogado, tem mais de 500 ações judiciais sobre o tema, ajuizadas desde a edição da Lei Complementar nº 160/2017. A norma promoveu mudanças no artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014.

Antes dessa alteração havia uma separação entre subvenção de investimento e subvenção de custeio.

O texto anterior dizia que, no caso de subvenção de investimento, a União não poderia tributar.

Depois, com a mudança, passou a constar no artigo 30 da lei que "incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimento".

Os contribuintes entenderam que deixou de existir diferença entre os benefícios de ICMS e, por esse motivo, nada mais poderia ser tributado. A **Receita Federal**, porém, manteve o entendimento de que só não poderia tributar incentivo como estímulo à ampliação do empreendimento econômico.

A maioria das ações ajuizadas agora trata de crédito presumido, por haver, segundo advogados, forte precedente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a tributação desse tipo de benefício fiscal (EREsp 1.517.492/PR). A discussão está nos processos, por exemplo, da Laticínios Catupiry e da Renner.

Segundo a Catupiry, "não pode a União retirar, por via oblíqua, o benefício fiscal concedido pelos Estados da Federação, no exercício de sua competência, em clara afronta ao princípio do pacto federativo e a uniformidade da tributação federal" (processo nº 5038077-98.2023.4.03.6100).

O argumento foi aceito pela juíza Regilena Emy Fukui Bolognesi, da 11ª Vara Cível Federal de São Paulo.

Ela usa precedentes da 1ª Seção do STJ e das turmas de direito público para dar provimento à liminar. Não cita, porém, julgamento de abril do ano passado, em

recurso repetitivo.

Naquela data, os ministros decidiram que a tese de isenção do crédito presumido não se aplicaria aos outros tipos de benefícios fiscais - como redução de base de cálculo, redução de alíquota e diferimento (Tema 1182).

Fundamentou de forma semelhante o juiz Marcelo Guerra Martins, da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo, ao conceder liminar ao Sindiveg. No caso, tratou sobre todos os tipos de benefício fiscal, não só sobre crédito presumido.

Para ele, a Lei nº 14.789/2023 não afeta a tese dos contribuintes.

"Por força do princípio federativo, os incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos Estados no âmbito do ICMS não podem ser tributados pela União, independentemente do nome que ostentarem (isenções, diferimentos, créditos presumidos, outorgados, reduções de base de cálculo, entre outros)", afirma o juiz (processo nº 5012462-09.2023.4.03.6100).

Para o advogado Fabio Calcini, do Brasil, Salomão e Matthes Advocacia, que assessora o Sindiveg, a decisão reforça que a nova lei vigente, encabeçada pela Fazenda, não muda a essência do debate. "O entendimento foi amplo, na linha do nosso pedido, que todo incentivo, independentemente se é de custeio ou investimento e de outra condição, não deve ser tributado", diz.

De acordo com o tributarista Gustavo Vita Pedrosa, do Ogawa, Lazzarotti e Baraldi Advogados, as liminares em favor das empresas reforçam que a Lei nº 14.789/2023 não é suficiente para impor a tributação, diante dos fortes precedentes nos tribunais superiores. "A alteração deveria vir de cima. Ou seja, se o governo federal quer tributar os incentivos fiscais concedidos pelos Estados, especialmente o crédito presumido, deveria alterar a Constituição Federal", afirma.

Denis Araki e Marcus Furlan, sócios do LBMF Advogados, entraram com ações separadas para uma mesma empresa do setor têxtil. Uma discutia o IRPJ e CSLL e outra PIS e Cofins. Na primeira, a liminar foi deferida (processo nº 5037507-15.2023.4.03.6100). Já na segunda, foi negada (processo nº 5037611-07.2023.4.03.6100).

O juiz Luis Gustavo Bragalda Neves, da 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, entendeu não haver urgência e determinou a suspensão do processo até que o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicione sobre a tributação do crédito presumido (Tema 843). Os

advogados dizem que vão recorrer da decisão. "Não é porque existe um leading case no STF que o juiz não pode conceder uma liminar", afirma Araki.

Em nota, o Sindiatacadista-DF diz que a ação movida foca no crédito presumido por ser o benefício adotado pelo setor e haver precedentes favoráveis do STJ. O impacto financeiro estimado da demanda, acrescenta, "considerando que o setor atacadista arrecadou cerca de R\$ 3 bilhões ao Distrito Federal no ano de 2023, é em torno de R\$ 1,2 bilhão ao ano" (processo nº 1001314-41.2024.4.01.3400).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), também em nota, informa que as receitas das subvenções "sempre integraram a receita bruta da empresa e estiveram sujeitas à tributação". E que, em alguns casos, foram excluídas da base de cálculo dos **tributos** federais. A acrescenta que a Lei nº 12.973/2014 e a Lei nº 14.789/2023, "ao definirem conceitos relevantes para a aplicação do benefício federal e estabelecerem a forma de sua concessão, não incorreram em qualquer ilegalidade, razão pela qual a União Federal entende que se consagrará vencedora nas ações que tratam do tema".

Procuradas, Laticínios Catupiry e Renner não deram retorno até o fechamento da edição. O Sindiveg preferiu não se manifestar.

"Se o Estado está cedendo, não pode a União tributar a receita do Estado" Leandro Aleixo

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187776>

STF retoma trabalhos sem pautas atritantes

O Supremo Tribunal Federal realiza, na próxima quinta-feira, a cerimônia de abertura dos trabalhos de 2024, seguida da primeira sessão de julgamentos da Corte do ano judiciário. A pauta de temas a serem enfrentados pelo STF em fevereiro traz casos de ampla repercussão, mas sem atritos com outros Poderes.

Na primeira sessão de deliberação, o Supremo deve retomar uma discussão iniciada em 2023, sobre o regime de separação de bens para casamentos de pessoas com mais de 70 anos. Outro tema que deve ser enfrentado com prioridade pela Corte é o recurso do **INSS** sobre a chamada "revisão de vida toda".

O colegiado inicia os trabalhos de 2024 ainda com 10 ministros. O ainda ministro da Justiça Flávio Dino - indicado para suceder a ministra aposentada Rosa Weber - só assumirá a 11ª cadeira na Corte em 22 de fevereiro.

Outros temas que serão enfrentados pelo STF no próximo mês estão ligados à liberdade religiosa - a possibilidade de se afastar a proibição de adereços para fotos de documentos civis - e à chamada pauta verde - que trata de um plano de combate a desmatamento e queimadas na Amazônia e no Pantanal.

A validade de provas nos processos criminais também será debatida pelo colegiado. Os ministros devem analisar dois recursos: um que trata de provas obtidas mediante revista íntima de visitantes de presídios; e outro sobre a perícia de celular encontrado no local do crime.

Em paralelo às deliberações no plenário físico, o STF ainda realiza as sessões de julgamento virtuais, dando prioridade às ações de denunciados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

STF marca dia para julgar 'revisão da vida toda'

AÇÃO JUDICIAL O Supremo Tribunal Federal deverá retomar no próximo dia 12 o tema 1102, que trata da Revisão da Vida Toda, benefício que possibilita ao segurado do **INSS** usar toda a sua vida contributiva para o cálculo do valor, e não apenas os salários após julho de 1994. A expectativa entre os aposentados é enorme. Dois institutos que os representam - o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e o Instituto de Estudos Previdenciários (IEPREV)- participam do processo como amicus curiae.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Revisão da vida toda volta para julgamento na quinta (1º) (inss)

O STF (Supremo Tribunal Federal) retoma, na quinta-feira (1º), o julgamento da chamada revisão da vida toda, que possibilita ao segurado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) usar todas as suas contribuições previdenciárias para o cálculo de benefício, não apenas as feitas após julho de 1994.

Os institutos científico-jurídicos que participam do processo como "amicus curiae", IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) e Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), defendem que a decisão inicial seja cumprida em sua integralidade.

Para Diego Cherulli, diretor do IBDP, eventual decisão que casse o direito aos atrasados (valores retroativos) será um precedente de enorme prejuízo aos segurados do **INSS**.

A revisão foi aprovada em dezembro de 2022, em julgamento presencial. Porém, após o reconhecimento, a AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o **INSS** na Justiça, entrou com recurso para limitar os efeitos da decisão e o alcance do pagamento.

Dentre os pedidos feitos estão o de que a correção passe a valer só após a publicação do acórdão do STF, em 13 de abril de 2023, que não seja possível abertura de ação rescisória para pagar valores a quem já perdeu o caso na Justiça e que seja declarada a nulidade do julgamento.

O ministro Alexandre de Moraes aceitou em partes os chamados embargos e determinou que os processos sobre o tema fiquem parados, até que esses esclarecimentos adicionais sejam julgados.

A ministra Rosa Weber foi contrária e modulou o pagamento dos atrasados. Para ela, quem entrou com a ação até 26 de junho de 2019 -data em que o caso começou a ser julgado no STJ (Superior Tribunal de Justiça) - tem direito aos atrasados referentes aos cinco anos anteriores ao início do processo, ou seja, a partir de 17 de dezembro de 2019.

O ministro Cristiano Zanin, no entanto, trouxe uma reviravolta para o caso, atendendo pedido específico da AGU. Ele propôs retorno do processo ao STJ (Superior Tribunal de Justiça). Para ele, houve omissão no voto de Ricardo Lewandowski, a quem ele sucede, ao não observar o que diz o artigo 97 da

Constituição.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O artigo determina que, para uma lei ser julgada inconstitucional, é preciso haver maioria absoluta na corte julgadora, o que não teria ocorrido no julgamento no STJ em 2019. O posicionamento foi seguido pelo presidente da corte, Luís Roberto Barroso, e por Dias Toffoli.

Antes do recesso do Judiciário, Moraes apresentou pedido de destaque para que o julgamento ocorra em plenário físico. Na retomada, os ministros poderão mudar seus votos. Apenas o de Rosa Weber não poderá ser alterado, pois ela já está aposentada.

A corte ainda começará o ano de 2024 com nova composição, ao incluir o ex-ministro da Justiça, Flávio Dino, como um de seus integrantes, o que pode trazer reviravoltas e mais espera em processos já em andamento, porque novos ministros costumam pedir vista -tempo maior- para analisar temas complexos.

A revisão é aguardada por aposentados e pensionistas há 20 anos. O advogado João Badari, do Ieprev, diz que a tentativa de anular o julgamento fere o regimento interno do STF, por não ter havido qualquer omissão no voto de Lewandowski. "Seu voto seguiu integralmente o do relator, que se manifestou pela impossibilidade de retorno dos autos para o STJ. É nítido que não houve omissão, e o **INSS** busca rediscutir e diminuir a decisão do colegiado."

Segundo o IBDP, reduzir o período dos atrasados sob a justificativa de que o **INSS** não poderia ter agido de forma diferente, pois estava seguindo a lei, ratifica os excessos de interpretação restritiva da legislação feitos pelo **INSS**, que restringem direitos e o tornam o maior litigante do país.

"Essa discussão está trazendo à tona sensíveis questões acerca da administração da previdência pública brasileira e também sobre a cultura da falsa economia com protelação de direitos fundamentais. É preciso repensar o sistema", diz Cherulli, em nota.

A revisão da vida toda é uma correção limitada, que não beneficia qualquer aposentado, mas apenas aqueles que recebiam salários maiores antes de julho de 1994.

Além disso, parte dos beneficiados que não foram à Justiça no prazo já pode ter perdido o direito.

Para quem não entrou na Justiça, a correção só pode ser solicitada em até dez anos, contados a partir do mês seguinte ao primeiro pagamento do benefício.

Se o pagamento da primeira aposentadoria foi feito em novembro de 2014, por exemplo, o prazo para pedir uma revisão de cálculo se encerra em dezembro de 2024 .

Outro ponto a se observar é que o benefício precisa ter sido concedido com base nas regras da lei 9.876, de novembro de 1999. Os pagamentos feitos à Previdência em outras moedas antes do real são considerados apenas na contagem do tempo total de contribuições, ou seja, os valores não entram no cálculo da média salarial, que é a base do benefício.

O aposentado precisa se encaixar nos seguintes requisitos:

Entrou no mercado formal de trabalho (com carteira assinada ou contribuindo de forma individual) antes de julho de 1994

Realizou parte considerável das suas contribuições mais altas ao **INSS** até julho de 1994 e, depois, concentrou recolhimentos sobre valores mais baixos

Recebeu o primeiro pagamento da aposentadoria há menos de dez anos (prazo máximo para exercer o direito à revisão do benefício)

Aposentou-se antes do início da última reforma da Previdência, em novembro de 2019

Teve o benefício concedido com base nas regras da lei 9.876, de 1999

Pela regra, os aposentados têm direito aos atrasados de cinco anos anteriores à data em que fizeram o pedido de revisão ao **INSS** ou na Justiça. Quem já está com ação judicial tem direito a atrasados dos cinco anos anteriores mais o período de espera até receber o benefício com reajuste.

Ou seja, quem entrou com ação há mais tempo consegue um período maior de retroativos.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/revisao-da-vida-toda-volta-para-julgamento-na-quinta-1o.shtml>

No campo, um déficit maior da previdência

VINICIUS NEDER vinicius.neder@oglobo.com.br

Um ajuste nas regras da aposentadoria dos trabalhadores rurais, que ficaram de fora da Reforma da Previdência de 2019, proporcionaria, em 30 anos, uma economia de R\$ 900 bilhões aos cofres federais.

A mudança mais importante seria a equiparação da idade mínima de aposentadoria, hoje menor para quem trabalha no campo, propõe um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre a necessidade de novas alterações na Previdência para reequilibrar o sistema de aposentadorias e pensões.

A economia seria obtida no futuro, sem mexer com as regras para quem já recebe o benefício.

Hoje, 99% dos trabalhadores rurais recebem um salário mínimo, segundo o Ministério da **Previdência Social**.

De 2013 a 2022, o rombo acumulado na aposentadoria rural é de R\$ 1,1 trilhão, em valores nominais. Mudar esse sistema é um dos ajustes necessários em novas reformas, segundo o economista Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) e especialista em contas públicas, um dos autores do artigo.

Mesmo com os efeitos iniciais da emenda à Constituição de 2019, o **INSS**, órgão federal responsável pela Previdência do setor privado, gastou o equivalente a cerca de 8% do **PIB** em aposentadorias e pensões em 2022, ante uma despesa pouco acima de 3% do **PIB**, no início dos anos 1990.

Sem novas reformas, esse gasto aumentará. E ainda será impulsionado pelos reajustes do salário mínimo, indexador de boa parte dos benefícios pagos pelo **INSS**, lembra Giambiagi, que é colunista do GLOBO.

O economista destaca quatro pontos que deveriam ser ajustados nos próximos anos -ele publicará na FGV uma série de artigos tratando de cada um deles; a aposentadoria rural foi o primeiro. Os outros são a diferença de idade mínima entre homens e mulheres; a idade mínima geral para se aposentar, que precisará ser aumentada conforme o avanço da expectativa de vida; e as regras do BPC, que permitem aos trabalhadores mais pobres receber um salário mínimo mesmo sem contribuir.

O primeiro artigo da série cita as regras para os microempreendedores individuais (MEI) e a Previdência pública dos governos estaduais e prefeituras como temas a serem enfrentados, mas, para Giambiagi, o foco dos ajustes deveria ser naqueles quatro pontos, por seu peso no gasto global.

-O **INSS** só cresce com o passar dos anos - diz Giambiagi.

- A reforma (da Previdência) dos militares tem que continuar, mas se isso entrar no meio é a melhor forma para que nada seja feito. E, se pegarmos a tendência, a despesa total com funcionalismo, entre ativos e inativos, incluindo militares, era 5,1% do **PIB**, em 1995, e é 3,3% hoje. Não é esse ofoco principal da despesa.

O problema é que o crescimento vegetativo dos gastos com a Previdência imporá desequilíbrios no Orçamento nos próximos anos, ressalta o economista. O novo arcabouço fiscal, aprovado em 2023 pelo Congresso, limita o crescimento do gasto agregado.

Isso significa que a Previdência ganhará participação no Orçamento em detrimento de outras áreas.

A Previdência rural merece destaque, avalia Giambiagi, porque as regras estão desatualizadas - foram definidas na Constituição de 1988 - e porque o déficit é grande. O economista assina o artigo com os pesquisadores Rogério Nagamine e Otávio Sidone.

ROMBO DE R\$ 154 BILHÕES Em 2022, o setor rural do **INSS** teve uma receita de cerca de R\$ 9 bilhões e uma despesa de R\$ 163 bilhões - um déficit de R\$ 154 bilhões ou 1,53% do **PIB**. Na aposentadoria urbana, o rombo é menor, de 1,07% do **PIB**. Isso acontece porque na Previdência dos trabalhadores urbanos, as receitas com contribuições de empregados e empregadores cobrem 83% das despesas com benefícios. No segmento dos trabalhadores rurais, representaram só 6% dos gastos.

A aposentadoria rural tem regras próprias. A contribuição pode ser feita anualmente e se dá sobre o valor da produção comercializada. Exportadores não pagam contribuição.

E há diferença na idade mínima para se aposentar.

Quem trabalha na cidade precisa ter ao menos 65

anos (homens) e 62 anos (mulheres). Quem trabalha no campo precisa ter ao menos 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres).

A proposta do artigo é equiparar ao máximo as regras, reduzindo gradualmente a diferença de idade mínima para quem já está trabalhando e eliminando-a para os entrantes no mercado de trabalho. Nas contas dos pesquisadores, nos primeiros dez anos, os ajustes permitiriam economizar R\$ 62,8 bilhões, chegando a R\$ 900 bilhões em 30 anos.

A aposentadoria rural foi ampliada na Constituição de 1988. A justificativa é que o trabalho no campo é mais penoso e, portanto, quem trabalha nessas condições deveria ter o direito de se aposentar antes. Além disso, as condições de vida mais precárias também levariam a população rural a viver menos.

O artigo defende o ajuste nas regras porque o trabalho no campo mudou. Com a urbanização e a mecanização das lavouras, especialmente entre os grandes produtores, há menos trabalhadores e menos gente exposta a trabalhos pesados como antigamente.

A mudança de composição no mercado de trabalho, com maior proporção de empregos na indústria e nos serviços, também inclui uma série de atividades pesadas no meio urbano - por exemplo, na construção civil.

Como o empregado de baixa renda da cidade paga a Previdência quando tem trabalho formal, haveria uma injustiça aí, diz Nagamine: -Estamos permitindo redistribuir renda de um pobre do setor urbano para alguém que não é pobre no setor rural e ainda pode ter capacidade de trabalho. Uma mulher aos 55 anos, em geral, vai ter capacidade de trabalho.

Do ponto de vista da demografia, tampouco haveria motivos, hoje, para a diferença de idade mínima, segundo os autores, pois as expectativas de vida não são diferentes. Enquanto isso, o envelhecimento da população torna os gastos com a Previdência crescentes.

Segundo o artigo, em 2020, a soma das mulheres de 55 anos ou mais e de homens com 60 anos ou mais representava 17,1% de todos os brasileiros.

Em 2060, as projeções indicam que essa proporção subirá para 35,4%. Como as pessoas que estarão nessa faixa etária em 2060 estão entrando no mercado de trabalho agora, seria importante fazer os novos ajustes logo, sustentam.

POPULAÇÃO MAIS POBRE Antônio Márcio Buainain, professor da Unicamp e especialista em economia

agrícola, destaca diferenças nos desequilíbrios dos sistemas de Previdência em países da Europa, onde os déficits são marcados pelo envelhecimento da população, e o rombo no Brasil. Por aqui, a informalidade do mercado de trabalho sempre minou as receitas com contribuições, enquanto as desigualdades marcam a concessão de benefícios, com aposentarias elevadas para poucos.

Buainain vê na aposentadoria rural um exemplo dessas particularidades do caso brasileiro. Os trabalhadores rurais ocupavam empregos informais ou para a própria subsistência, na agricultura familiar. Por isso, não contribuíram com o **INSS**. Para ele, a ampliação dos direitos de aposentadoria para essas pessoas foi um "avanço civilizatório": - A população rural era a mais pobre, inclusive, a mais sujeita a fome. Essa população rural contribuiu enormemente para o país, mas não contribuiu para a Previdência.

Por isso, Buainain vê como mais importantes ajustes que reduzam as desigualdades nos benefícios e busquem novas fontes de financiamento, com outros **tributos**, para além das contribuições sobre o salário, o que deveria valer para o sistema como um todo. Isso porque as novas tecnologias têm tornado o emprego do futuro mais informal e sazonal, tanto na cidade quanto no campo, minando as tradicionais fontes de receita da Previdência.

"O **INSS** só cresce com o passar dos anos.

A reforma (da Previdência) dos militares tem que continuar, mas se isso entrar no meio é a melhor forma para _que nada seja feito" Fabio Giambiagi, pesquisador associado do FGV Ibre

"A população rural contribuiu enormemente para o país, mas não contribuiu para a P_revidência" Antônio Márcio Buainain, professor da Unicamp

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fila do INSS cresce 33,15% em 2023

ANDERSON AIRES anderson.aires@zerohora.com.br

A fila de pessoas à espera de uma resposta na área de **seguridade social** fechou o ano passado com alta no Rio Grande do Sul. O total de benefícios pendentes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) cresceu 33,15% em 2023 no Estado. Olhando o período mais alongado, de cinco anos, a elevação é de 44,16%. Os dados são do governo federal e foram obtidos por meio de pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI).

A pesquisa pega benefícios como aposentadorias, pensões e outros que não foram detalhados pelo governo. Mudança na coleta de informações, redução de servidores, dificuldade na digitalização de processos e problemas de infraestrutura ajudam a explicar a fila ainda em patamar elevado, segundo especialistas.

Por outro lado, mesmo com a alta no estoque, o levantamento do Executivo apresenta queda no tempo médio de concessão. Ações como flexibilização em atestados para auxílio-doença e mutirões ajudam a explicar esse avanço, segundo o governo.

Em dezembro de 2023, o Estado anotou 59.669 benefícios pendentes no **INSS** - 14.857 a mais do que o montante observado no mesmo mês de 2022. O total do ano passado também é maior do que o anotado em 2019 (41.391).

O superintendente regional sul do **INSS**, Alberto Carlos Freitas Alegre, atribui o aumento na fila a uma mudança na contagem dos dados. Segundo o dirigente, em 2022, não entravam na lista anual os pedidos de benefícios por incapacidade (auxílio-doença).

"Somente em 2022, esse tipo de demanda foi responsável pela entrada de 773.879 requerimentos, o que elevaria o número total de benefícios pendentes ano passado de 886.934 para 1.660.813", explicou Freitas Alegre, usando dados do país como exemplo, em resposta por e-mail.

Contingente Jane Berwanger, advogada e diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), afirma que a manutenção do patamar elevado da fila ocorre em razão da dificuldade de dar vazão aos atendimentos. Existe um intervalo de tempo entre a implementação das ações do governo e o efeito a pleno no escoamento das solicitações, segundo a especialista.

Presidente da Comissão de **Seguridade Social** da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB/RS), Tiago Kidricki afirma que as ações do governo para enfrentar a fila, como o sistema que dispensa a perícia médica presencial, ajudaram a dar celeridade às análises. No entanto, problemas no contingente e no método de análise de pedidos ainda ancoram avanço mais robusto, diz ele: - Deveria aperfeiçoar isso. Eles acreditam muito na questão da inteligência artificial, no robô, mas essa ferramenta está precária ainda. Tem a própria questão da falta de servidores. Isso ainda é um problema sério para o **INSS**.

Nos primeiros dias do ano, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que a fila do **INSS** "nunca vai acabar". O ministro acrescentou que, para 2024, trabalha com a meta de reduzir o tempo de espera para 30 dias.

Queda no tempo de concessão

Mesmo com a fila ainda alta, dados do **INSS** apontam para queda no tempo médio de concessão. Em janeiro de 2023, a média de espera para resposta era de 77 dias no Rio Grande do Sul. Em dezembro, esse intervalo caiu para 39 dias. No país, a retração foi menos intensa, recuando de 69 para 50 dias.

O superintendente Regional Sul do **INSS**, Alberto Carlos Freitas Alegre, cita a contratação de novos servidores com atividade exclusiva para a análise de requerimentos, gestão de análise dos pedidos por faixa, com foco especial nos antigos e mutirões entre os pontos que explicam esse movimento. Além disso, destaca o novo modelo de análise de atestados que dispensa a perícia médica presencial, chamado de Atestmed.

"Foi responsável por um aumento de 26% na concessão de auxílio-doença em 2023 em comparação com o ano anterior", pontua.

Espera por resposta

Mesmo com a melhora do intervalo de espera para concessão, algumas pessoas estão distantes dessa média. E o caso do empregado rural José Marcos Graciano, morador de Jaguari, na Região Central. Com auxílio da esposa e de uma advogada, Graciano entrou com pedido de aposentadoria por tempo de contribuição em agosto de 2023. Desde então, não obteve resposta sobre o pleito junto ao **INSS**.

Hoje, a rotina do casal ganhou novo hábito. A esposa de Graciano, a agricultora Adejane Gomes da Silva, 50 anos, atualiza diariamente o aplicativo do **INSS** na esperança de ver um retorno positivo sobre o pedido. Além disso, de tempos em tempos procura a advogada para informações. Enquanto ela falava com ZH, o marido trabalhava no campo, em uma localidade afastada? sem sinal de celular.

- E angustiante, porque são mais de 40 anos trabalhando. Chega nos 60 e a pessoa quer a aposentadoria. A vida de quem trabalha no campo não é fácil - diz Adejane.

Hoje, uma filha mora com Gra-ciano e Adejane. Outros dois filhos residem em imóveis na propriedade do casal. Além de permitir o descanso do empregado rural, a aposentadoria vai abrir espaço para ele cuidai" da saúde em razão de problemas na coluna.

Perfil

No Estado, a maior parte da fila entra no grupo "Outros", que não é especificado pelo **INSS**.

Na sequência, aposentadorias aparecem com 36,3% dos benefícios pendentes.

A maior parte da fila (36.629) está aguardando resposta dentro do período de 45 dias. Outros 23.040 estão na espera acima desse período de um mês e meio.

Segundo o superintendente regional sul do **INSS**, o conceito de fila atualmente contempla todos os requerimentos iniciais feitos pelo cidadão, incluindo as análises administrativas, que são processos relacionados a aposentadorias, pensões por morte e salário-maternidade, entre outros, além das agendas de perícia médica, atendimentos pós-perícia e benefícios por incapacidade.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240129>

INSS faz mutirão de perícias médicas

Durante todo este final de semana o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), em Sergipe, estará desenvolvendo um trabalho de mutirão com foco na realização de avaliações sociais e perícias médicas. Dados apresentados pelo Instituto, atualmente em todo o país o quadro de médicos da Perícia Médica Federal é enxuto: são 3.327 profissionais, com 2.535 em atividade. Em contrapartida, a fila de pedidos é grande: dados do governo mostram que em setembro - último mês com números disponíveis - mais de 635 mil segurados aguardavam pelo procedimento. O mutirão em Sergipe é apresentada, novamente, como uma medida emergencial para minimizar o tempo de espera.

Essa ação está em consonância do que foi prometido pelo ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, durante entrevista concedida para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no dia 22 de novembro do ano passado. De acordo com o Governo Federal, a perspectiva é que este tempo de espera seja limitado em até 30 dias seguidos; a perspectiva é que esta meta seja atingida em todos os 26 estados - mais o Distrito Federal -, até o mês de dezembro deste ano. Outra medida que deverá ser adotada, segundo o ministro Carlos Lupi, é a telemedicina para as perícias.

Mecanismo, segundo ele, que desde a pandemia, veio para ficar.

Em nota, o **INSS** Sergipe informou que as atividades ocorrerão a partir das 7h na Agência da **Previdência Social** Siqueira Campos, localizada na Rua Florianópolis, 349, Bairro Siqueira Campos. O mutirão contará com 90 vagas para avaliação social (50 no sábado e 40 no domingo) e 120 vagas para perícia médica (70 no sábado e 50 no domingo), todos mediante agendamento antecipado. "As pessoas que se interessarem pelo atendimento neste final de semana devem impreterivelmente agendar seu atendimento por meio dos canais disponíveis, como o site meu.inss.gov.br, o aplicativo MeuINSS ou a central telefônica 135", comunicou.

Não foi divulgado o volume de pessoas aguardando por atendimento nas unidades em Sergipe.

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 8

Publicado em 29/01/2024 - 06:45
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (29) a parcela de janeiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 8.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023 por terem renda acima das regras estabelecidas pelo

Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, outras 2,85 milhões de famílias foram incluídas no programa no ano passado. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,4 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 373,07.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias inscritas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-8>

Aposentou? Invista em franquias para se manter na ativa

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, em 10 anos o número de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população. Além disso, de acordo com o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), o número de aposentados e pensionistas é de mais de 39 milhões de brasileiros.

Para aqueles que após a aposentadoria querem se manter em atividade, o segmento de franchising é uma boa alternativa pela segurança, modelo de negócio formatado e testado, além da força deste mercado, que cresceu 11,4% no terceiro trimestre de 2023, de acordo com dados da Associação Brasileira de Franchising.

Abaixo, veja histórias de aposentados que investiram no próprio negócio após encerrar sua trajetória profissional no ambiente corporativo.

5àsec

Após anos trabalhando na indústria, Hidehiko Hashimoto acreditou que teria certa dificuldade em se realocar no mercado de trabalho depois que a empresa onde atuava foi vendida. Logo, se aposentou aos 57 anos e decidiu que era o momento de investir em um negócio próprio.

Ao pesquisar franquias no mercado, optou pela 5àsec pelo segmento de atuação e a expertise da marca francesa. Foi no ano 2000 que a operação Bela Vista Consolação, na capital de São Paulo, foi aberta pelo engenheiro mecânico. Atualmente, o empresário é responsável pela administração e finanças e sua companheira pela gestão operacional do negócio.

"Um conselho que dou para aqueles que são aposentados, mas ainda querem continuar na ativa é se especializar na área de desejo e do negócio que quer abrir. Dessa forma, terá mais experiência e conhecimento para gerir a operação. Esta é uma dica de quem tá há 24 anos no mercado de franchising", finaliza.

Água Doce Sabores do Brasil

Para realizar um dos seus sonhos antigos, Sueli Fragoso trabalhou por mais de 30 anos como bancária. A chegada da tão sonhada aposentadoria

permitiu o investimento em um negócio de alimentação que proporcionava a realização de um objetivo antigo.

"Era moradora de Bauru, no interior de São Paulo, e frequentava assiduamente a Água Doce da cidade. A estrutura, pratos e bebidas de qualidade sempre me chamaram a atenção. Quando me aposentei, estudei algumas alternativas e vi que era em uma franquia da rede que iria realizar um dos meus sonhos. Como atuei por cinco anos em um banco na cidade de Lençóis Paulista, notei que muitos moradores se deslocavam até Bauru para frequentar a unidade da marca. Não pensei duas vezes em investir em um restaurante da franquia na cidade, para oferecer o que há de melhor na culinária brasileira", comenta Sueli, que junto com o marido José Eduardo administra a operação desde 2007.

Calçados Bibi

De carteira assinada aos 14 anos e aposentada aos 50, Marilusa Pontini sempre atuou no Varejo. Após a aposentadoria, com experiência lidando com franquias na empresa onde trabalhava, Pontini decidiu colocar em prática o desejo de ser dona do seu próprio negócio.

Ao conhecer a Bibi e toda a experiência da marca no mercado calçadista, a pós-graduada em diversos cursos na área de negócios, vendas e marketing investiu em uma operação da rede na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo, em 2008, sendo a segunda franqueada da marca. De acordo com a empresária, antes mesmo de pensar em fazer parte de empresa, ela já era cliente e buscava pelos calçados para seus sobrinhos.

"A Bibi sempre esteve presente na minha vida e quando viajava a trabalho, procurava por itens da marca. Então, quando surgiu a oportunidade de participar do projeto de franquia, não pensei duas vezes antes de investir", comenta.

Mesmo aposentada, a empresária se mantém na ativa tanto na área profissional, quanto pessoal, praticando atividade física regularmente e permanecendo saudável aos 70 anos.

Casa do Construtor

Preservar a saúde mental e manterem-se ativos. Estes são dois dos motivos que levaram a executiva da área financeira, Maria Luiza Silva e o químico industrial da área têxtil, Marcelo Gomes a empreenderem após a aposentadoria.

Na casa dos 60 anos, a vontade de ter um negócio próprio vem desde a juventude, mas o sonho foi adiado por vários motivos. Hoje, donos de duas unidades da Casa do Construtor, eles se veem realizados e sem vontade de parar.

"Não dá para aposentar, vestir o pijama e pronto. Temos muito a viver e muito que fazer ainda", conta Maria Luiza.

Outro ponto que os levou a empreender foi o mercado de trabalho que se mostra escasso para profissionais na faixa etária deles. "Se fossemos tentar trabalhar, não conseguiríamos emprego. Isto porque, pela idade, o mundo corporativo não nos veria mais como mão de obra útil", diz.

Apesar disso, ela acredita que empreender nesta idade traz um risco maior. "Sempre digo à nossa filha que é muito melhor empreender antes dos 30 ou 40. Isto porque nesta idade, não se pode quebrar e recomeçar, não há tempo para isso. É preciso pensar muito antes de se tomar uma decisão e ter os pés bem firmes no chão", acrescenta.

Divino Fogão

Aposentado desde 1997, Nilton Vidigal trabalhou por anos em uma confecção, atividade em que encerrou sua trajetória profissional dentro do ambiente corporativo. Para complementar a renda e não ficar ocioso, Nilton decidiu investir no segmento de franquias, abrindo seu primeiro negócio próprio no setor de sorvetes no mesmo ano da aposentadoria. Após seu ingresso, o empresário não saiu mais do ramo do franchising.

Já em 2013, ele se tornou franqueado do Divino Fogão, rede de Food Service, especializada em culinária da fazenda. Junto ao seu filho Ricardo Vidigal, Nilton administra 80% do negócio localizado no Shopping Atrium, em Santo André, no ABC paulista.

Além disso, os dois também são sócios de outro restaurante da marca, no Santana Parque Shopping, na zona norte da capital paulista. Para Nilton, se manter em atividade é essencial para corpo e mente mesmo após a aposentadoria.

"Estou no dia a dia do negócio, sempre atento às demandas que a operação necessita. Com isso, me

mantenho ativo e em constante aprendizado mesmo aos 77 anos", revela.

Peça Rara

Ana Leopoldina Nazário Martins é aposentada desde novembro de 2019. Trabalhou por 30 anos em um banco e apesar de estar em plena forma, física e mental, sentiu a necessidade de deixar um próximo passo em sua vida. Com a ociosidade e a pandemia seus projetos de viagens e passeios foram cancelados. Isso também acelerou a vontade de ter uma ocupação formal novamente.

A aposentada não tinha intenção de empreender em qualquer outra atividade que não fosse o Peça Rara, marca que acompanha desde a criação e se identificou com a causa - economia circular, mercado de second hand (segunda mão), uma paixão que a motivou a tomar a decisão de investir a previdência, adquirida ao longo dos anos de trabalho.

Para concretizar o projeto, buscou uma sócia, nem tanto pelo capital, mas para ter com quem dividir as preocupações e as conquistas - amiga de longa data, Rosana Sanches Nakayama, dentista, odontopediatra e aposentada do serviço público, que se mantinha na ativa em seu consultório particular. A dupla colocou em prática a implantação do Peça Rara Brechó Dourados, cidade do Mato Grosso.

"Se não fosse uma franquias, acredito que seria muito mais difícil, mas uma marca já consolidada nos deu grande segurança", afirma Ana Leopoldina. "A loja está em operação há um ano e meio e ainda há muito o que aprender, mas o apoio da franqueadora é contínuo, entendendo nossas dificuldades e nos orientando na busca pelos melhores resultados. Ganhamos em experiência, novas amizades e novos desafios que nos motivam."

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/aposentou-investa-em-franquias-para-se-manter-na-ativa,a1cd901250d62fb6741b0d914731f9304x265r87.html>

Após reforma tributária, conta de água vai subir

O setor de saneamento básico perdeu todas as desonerações na **reforma tributária** e começou o ano em busca de alternativas para diluir os impactos. Com a mudança, a alíquota - atualmente de 9,25% - tende a subir para 27%, o valor cheio estimado, com impactos sobre a conta de água e esgoto e riscos para os investimentos.

Pela regra atual, em relação ao consumo, o setor paga apenas **tributos** federais, PIS e Cofins. Está isento do ICMS estadual e do ISS municipal. O texto da reforma que implementa o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual prevê que o setor pagará não apenas o CBS federal, mas também o IBS para estados e municípios (dois **tributos** sobre bens e serviços).

"Como as empresas de saneamento são fornecedoras para outras empresas, elas terão crédito a compensar, o que reduz um pouco o impacto, mas com certeza esse setor vai ter aumento de carga tributária, e as empresas estão preocupadas", diz o advogado Douglas Mota. "Para saber o valor exato precisamos esperar os detalhes das leis complementares, uma discussão que pode se prolongar por 2024 e 2025." As projeções iniciais, porém, apontam que, já considerando os créditos, o imposto sobre os serviços de água e esgoto vai pelo menos dobrar e levar a um aumento médio de 18% na tarifa, segundo a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) e a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe).

A velocidade e o montante desse repasse para a tarifa, no entanto, são incertos, afirmam os especialistas, e é isso que pode comprometer os investimentos, que hoje estão em expansão.

Aumento de carga tributária é um custo adicional para as empresas.

A lei de concessão garante que esse tipo de despesa pode ser repassada para o consumidor como alternativa de reequilíbrio dos contratos das operadoras que assumiram a prestação do serviço, sejam públicas, sejam privadas.

Quanto menor for o reajuste e mais longo o prazo até o reequilíbrio do contrato, pior para os investimentos, explicam especialistas.

Para cobrir a nova despesa tributária, as empresas tendem a usar justamente esse recurso.

No cenário mais crítico, o de represamento total do repasse, o investimento cairia até 40%, segundo projeções elaboradas pela consultoria GO Associados.

"A gente que tem experiência no setor sabe que não basta pedir o reequilíbrio do contrato, porque, na prática, não são feitos na velocidade que deveriam. Se o prefeito precisar, segura mesmo um reajuste, mesmo que afete o balanço e a capacidade de investimento de uma empresa", afirma o advogado Luis Felipe Valerim.

"Saneamento, por ser municipal, tem um risco regulatório e político maior que outros segmentos da infraestrutura, que são regidos por órgãos e regulação federais, longe da esfera do poder local", diz.

Nesse aspecto federativo, também pesa a pulverização regulatória.

Empresas de energia, telecomunicações e rodovias, por exemplo, estão na esfera federal e respondem setorialmente a uma única agência reguladora, o que facilita a avaliação e a aplicação das normas.

No caso do saneamento, existem 97 agências reguladoras municipais com autonomia para fazer suas análises.

*

Esperança está no congresso

O setor tenta sensibilizar congressistas e também o governo para amenizar os impactos do aumento de carga via adaptações na legislação complementar. Já houve um encontro com o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, e o governo se comprometeu a criar um grupo de trabalho para estudar mitigações.

Na avaliação do presidente da Aesbe, Neuri Freitas, a decisão da Câmara mostra que a maioria continua ignorando a importância do saneamento básico e, quando o aumento da tarifa vier, deve ficar claro de onde saiu. "A população precisa ter consciência de

que água e esgoto vão ficar mais caros por causa do aumento na tributação decidido na Câmara." O Senado havia incluído saneamento no regime que prevê alíquota menor, numa equiparação com a saúde, mas a proposição foi excluída do relatório final na outra Casa.

Vale lembrar que o consumidor de baixa renda está protegido dos aumentos pela tarifa social.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Investimento nos municípios cresce 28%, mas queda de repasses afeta arrecadação

Marta Watanabe

Os municípios brasileiros elevaram a arrecadação própria em 2023, mas sofreram com a queda de repasses importantes da União e dos Estados. O impacto dessa situação foi diferente conforme o tamanho das cidades.

Houve aumento de receita corrente em municípios mais populosos e perda nas cidades menores no período de janeiro a outubro em relação aos mesmos dez meses do ano anterior.

Os gastos correntes (relativos ao ano de 2023) cresceram de forma homogênea. Os investimentos dispararam, com aumento real (descontada a **inflação**) de 28% no período. Os números são de levantamento realizado pelo Valor nos dados apresentados por 2.579 municípios ao Tesouro Nacional. Foram consideradas receitas realizadas e despesas liquidadas. O conjunto dessas cidades representa cerca de 80% da população brasileira, cerca de 162 milhões de pessoas.

O crescimento dos investimentos ganha destaque diante da variação de receitas e despesas correntes, cujos aumentos no período foram de 2,2% e 10% além da **inflação**. Os investimentos dos 2.579 municípios do levantamento atingiram R\$ 53,1 bilhões.

De janeiro a outubro de 2022 haviam somado R\$ 41,5 bilhões.

Segundo representantes de municípios e especialistas em contas públicas, poupança acumulada de períodos anteriores, transferências de emendas parlamentares e operações de crédito possibilitaram o aumento de investimentos nessa magnitude face a desaceleração de receitas.

Gabriel Leal de Barros, economista e sócio da Ryo Asset, destaca que a poupança foi possibilitada por fatores conjunturais favoráveis à arrecadação dos municípios e também às transferências recebidas da União, como **inflação** e choques que elevaram cotações de commodities.

Esses fatores foram temporários.

Seus efeitos praticamente se esgotaram

principalmente em 2021 e parte de 2022.

A questão agora, segundo os especialistas, é como os gastos vão se comportar - especialmente os investimentos. Este ano é o último de mandato dos atuais prefeitos. Investimentos são uma maneira de marcar a administração perante o leitor, principalmente para os prefeitos que querem se reeleger ou fazer o sucessor. Sem perspectiva de aumento das receitas, muitos municípios podem comprometer suas contas nos próximos anos com gastos sem lastros feitos antes da eleição.

"Estados e municípios podem voltar a um quadro semelhante ao de 2019, de antes da pandemia, com dificuldade de receitas", diz o economista. Ele explica que parte do investimento maior resultará em elevação futura das despesas correntes obrigatórias, o que pode dificultar ainda mais o quadro fiscal de municípios com a desaceleração da economia.

Giovanna Victer, secretária de Fazenda de Salvador, comenta que houve no ano passado grande esforço na arrecadação própria dos municípios, mas as receitas de transferências correntes foram desfavoráveis.

O levantamento mostra: a arrecadação própria com **impostos**, taxas e contribuições de melhoria avançou 7,6% reais de janeiro a outubro de 2023 contra igual período de 2022. A alta foi menor nas maiores cidades, com média de 5,6% nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes, e maior nas pequenas - 17,1% de aumento em localidades com 10 mil a 20 mil moradores.

O Imposto Sobre Serviços (ISS) cresceu 8,7% no agregado desses municípios nos primeiros dez meses de 2023. O ISS corresponde por quase metade da receita própria das prefeituras - em média 44,5%.

As transferências correntes totais aos municípios caíram 0,7% em termos reais. Somente entre os municípios com mais de 1 milhão de habitantes houve alta de 0,9%.

Entre os principais repasses obrigatórios aos municípios, os recursos agregados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), transferidos pela União, caíram 0,9% em 2023 e os de ICMS, dos

Estados, baixaram 5,7% reais.

A queda nas transferências do FPM atingiu todo o espectro populacional.

As do ICMS, seis das oito faixas. A queda foi maior nos municípios acima de 1 milhão de habitantes: 13,7% reais.

"Salvador recebeu, no ano todo de 2023, R\$ 60 milhões a menos em repasse de ICMS do que em 2022", diz Victer. "O Estado da Bahia chegou a fazer aumento da alíquota modal do imposto, mas não percebemos ainda recuperação desses valores. Não esperávamos que poderíamos ter uma queda nessa transferência em termos nominais.

O que está salvando os municípios são as receitas próprias, por meio de esforço de arrecadação, mas isso tem limites." Os dados mostram que na capital baiana a arrecadação própria cresceu 7% reais de janeiro a outubro, com alta de 6,1% no ISS e 3,9% no IPTU ante o mesmo período de 2022. Nesses dois **tributos**, diz Victer, a elevação de receitas veio de esforço fiscal, e não de aumento nos **tributos**.

No IPTU houve medidas como atualização de cadastro e regularização fundiária. A secretária lembra que a **reforma tributária** deve permitir reforço na cobrança do IPTU, já que com a nova emenda o Poder Executivo poderá determinar a atualização da base de cálculo do IPTU, desde que siga critérios definidos em lei municipal. A medida, diz ela, vai favorecer principalmente cidades menores, nas quais não há ainda estrutura consolidada de cobrança do imposto.

"No médio prazo, as prefeituras precisarão reagir", diz a secretária.

Para ela, com a **reforma tributária** e a entrada do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), as prefeituras vão perder muito da autonomia de que gozam hoje com o ISS. O IBS começa a entrar em vigor em 2029.

Para este ano e o próximo, a atenção especial está voltada para os repasses de ICMS e FPM.

"A União tem um programa de ajuste fiscal cujo sucesso depende do aumento de receitas, mas isso ainda não aconteceu nos **tributos** que são repassados via FPM", diz Victer.

A receita corrente agregada (receita total recebida durante o ano) dos municípios pesquisados somou R\$ 697,1 bilhões de janeiro a outubro de 2023 e subiu 2,2% em termos reais sobre igual período de 2022. O resultado variou conforme a faixa populacional.

Cidades acima de 50 mil habitantes tiveram aumento maior de receita, entre 2,2% e 3,7% no período. Municípios com até 10 mil habitantes tiveram queda de até 0,6%, na média por faixa. Esse grupo totaliza 783 cidades, cerca de 30% do levantamento.

O quadro reflete a situação heterogênea das cidades, diz Ursula Dias Peres, professora de políticas públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.

"Os dados mostram uma queda muito importante no repasse de ICMS, receita que em muitos municípios pesa mais que o repasse federal do FPM", diz. "Isso afeta a receita corrente dos municípios nos quais as transferências correntes são dominantes, ainda que tenha havido um repasse maior do IPVA estadual, como reflexo do aumento de preços dos veículos, e também bom desempenho de IPTU e ISS." O repasse de IPVA subiu 20% no agregado, com altas em todas as faixas populacionais, que variaram de 19,3% a 23,7%.

"Os dados mostram uma queda muito importante no repasse de ICMS" Ursula Dias Peres Os dados mostram ainda a alta dependência de algumas prefeituras em relação a repasses de União e Estados. Juntas, transferências de ICMS e FPM representam em média 58,8% das receitas correntes totais na faixa de até 5 mil habitantes e equivale a apenas 12,5% nas cidades com mais de 1 milhão de moradores. No agregado dos municípios, a média é de 23,6%. O ISS, que representa em média 24,3% da receita corrente em cidades mais de 1 milhão de habitantes e equivale a 2,7% nas com até 5 mil moradores.

As despesas correntes aumentaram 10% no agregado dos mesmos 2.579 municípios, com altas que variaram de 7,3% a 10,8%, conforme a faixa populacional. O gasto foi puxado pelas despesas de pessoal, que cresceram 8,7% no agregado, também com aumentos em todas os tamanhos de cidades.

A elevação da despesa de pessoal é resultado da liberação de reajustes e contratações. Esses gastos estavam restritos pela Lei Complementar 173/2020 até o fim de 2021, diz Peres. "Desde 2022 houve, além da pressão dos servidores por reajustes, a elevação de pisos na enfermagem e no magistério, o que ajudou a pressionar gastos em saúde e educação, áreas que também são atingidas por aumento no custeio, com contratações de serviços de terceiros." "Há muitos municípios com saldos de caixa ainda, mas para a maioria das prefeituras há grande dependência das transferências, e a situação mais complicada ficará mais clara com o cenário de incertezas à frente", diz Peres.

"Quadro pode ficar parecido ao de 2019, com

dificuldade de receitas" Gabriel Leal de Barros

"Os dados mostram uma queda muito importante no repasse de ICMS" Ursula Dias Peres

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187776>

Após taxação de fundo exclusivo, aposta é em carteira administrada

Liane Thedim Do Rio

De olho no dinheiro que começa a "se espalhar" no mercado após a taxação dos fundos fechados exclusivos, bancos e gestoras estão apostando no nicho de carteiras administradas e já registram aumento significativo na procura.

Diante da recente sofisticação e ampliação do mercado de crédito privado, com diversos produtos isentos de imposto de renda, o campo a explorar é farto. O BTG Pactual registrou em 2023 aumento acima de 50% no total sob gestão em carteiras administradas frente ao ano anterior. A XP não revela o percentual, mas diz que já soma R\$ 4,5 bilhões no segmento.

Santander, Itaú Asset e Portofino Multi Family Office falam em crescimento significativo e planejam até levar o produto ao varejo.

Rogério Freitas, chefe da XP Advisory, diz que, de agosto para cá, a instituição identificou o potencial do segmento e incrementou o produto.

E, segundo ele, o patrimônio sob gestão vem apresentando crescimento constante de dois dígitos.

A XP ampliou as opções de perfil e incluiu produtos estruturados e alternativos, como Fiagros e fundos imobiliário, para patrimônios a partir de R\$ 5 milhões.

"Uma alocação em um FUNDO DE INVESTIMENTO em participações em infraestrutura, por exemplo, agora sai do veículo exclusivo e vai compor a carteira administrada." Ele avalia que exclusivos fechados abaixo de R\$ 15 milhões podem migrar para a carteira, já que o custo de manutenção desses fundos é alto. "A sofisticação e o amadurecimento do mercado brasileiro aumentaram a necessidade de um time de gestão. Vamos voltar a ver o processo de "financial deepening" [aprofundamento e aumento da oferta dos serviços financeiros], após dois anos de estabilização." No Santander, Gustavo Schwartzmann, executivo-chefe de investimentos do private banking, diz que está havendo aumento na procura tanto pela carteira administrada de isentos (certificados de recebíveis imobiliário, os CRIs, do agronegócio, os CRAs, e debêntures de infraestrutura) quanto pela mista, que inclui, por exemplo, ações, MULTIMERCADO e renda

fixa, o que a torna, na prática, muito parecida com os fundos exclusivos.

De acordo com o executivo, metade da base dos fundos exclusivos fechados está buscando opções, sendo que de 30% a 40% vão migrar para fundos de previdência, renda variável e crédito privado, e os 10% restantes devem montar carteiras administradas na pessoa física. "A maioria optou por pagar o imposto antecipado de 8% e agora estuda otimização tributária", afirma.

Patrimônios a partir de R\$ 2,5 milhões podem ter acesso às carteiras administradas do Santander, que tem hoje R\$ 400 bilhões sob gestão na divisão de fortunas.

Ele conta que, nos últimos seis meses, a procura vem crescendo pelos produtos incentivados, mas ressalta que "não é porque é isento que não tem risco" e que é preciso tomar cuidado para não fugir do perfil de risco. "Temos uma curadoria rigorosa na seleção de empresas com classificação de nível AA para cima. A ideia é a carteira ser diversificada, incluindo de 40 a 50 títulos isentos, com retorno de 1% acima da NTN-B, cujo rendimento está em IPCA mais 5,55%." Eduardo Saraiva Torrescasana, responsável pela área de distribuição para clientes da área private e terceiros na Itaú Asset, diz que a gestora lançou no segundo semestre de 2023 as primeiras carteiras administradas de debêntures incentivadas, mas, segundo ele, os fundos exclusivos focados nesses papéis vêm crescendo numa velocidade maior. Isso porque, pela legislação, eles não precisam ser 100% compostos por papéis de infraestrutura.

Nos primeiros seis meses, não há exigência de alocação.

Depois, 33% podem estar em outros títulos e, ao fim de dois anos, 15%. "É uma casca de debêntures incentivadas, mas com um escopo maior, que nos dá mais capacidade de buscar retorno." Fayga Czerniakowski Delbem, superintendente de crédito privado da asset, explica que a gestora usa o tempo de enquadramento para montar um "pipeline" saudável. "Somos a maior asset em crédito. Temos mais de 300 emissores no portfólio e, por isso, podemos ter mais seletividade. E os fundos também podem compor a carteira administrada." Na Itaú Asset,

as carteiras podem ser montadas para patrimônios a partir de R\$ 15 milhões, mas Torrescasana comenta que a gestora quer ampliar para R\$ 5 milhões e "eventualmente atingir o varejo".

Ele comenta que investidores que tinham fundos fechados estão migrando com força para os exclusivos de debêntures incentivadas, além de previdência. "Mas, se conseguirmos baixar o valor, teremos mais." Hoje a gestora tem R\$ 6 bilhões e 22 mil cotistas em fundos abertos de debêntures incentivadas, um avanço de 130% frente a 2022, mais R\$ 1 bilhão do fundo de infraestrutura listado na B3. E pode chegar a R\$ 10 bilhões em 2024.

Já no BTG, as carteiras administradas no varejo entraram no foco em agosto, com a compra da Magnetis, uma das primeiras empresas de tecnologia financeira dedicada a investimentos no país. Com R\$ 850 milhões sob administração, a empresa está em processo de integração ao portfólio do banco, que está definindo o mínimo para aplicar. A ideia é que fique entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil, diz Rogério Karp, chefe de B2C do BTG.

Luciano Juaçaba, sócio e gestor da BTG Pactual Portfólio Solutions, explica que as carteiras administradas começaram no banco em 2017, a partir de R\$ 5 milhões.

No ano passado, esse valor caiu para R\$ 500 mil. "As debêntures de infraestrutura eram menos líquidas e se popularizaram bastante, mas ativos de crédito precisam de acompanhamento muito próximo. Em 2023 conseguimos passar pelos problemas vistos no mercado sem maiores sustos." Segundo ele, os clientes de altíssima renda vêm optando por fundos exclusivos de infraestrutura e carteiras administradas de ativos isentos. E os não isentos, como ações e FIDCs, ficam nos fundos exclusivos que já existiam. Os fundos de previdência completam o portfólio.

Juaçaba não revela quanto tem em carteiras administradas, apenas que o BTG tem hoje sob gestão em renda fixa isenta R\$ 5 bilhões na área de Portfólio Solutions.

Na Magnetis, Karp vê potencial para a carteira avançar a R\$ 9 bilhões nos próximos 12 meses.

Eduardo Castro, executivo-chefe de investimentos da Portofino, diz que todos os seus clientes têm carteiras administradas no cardápio do patrimônio sob gestão. Ele frisa que o fundo exclusivo fechado continua com vantagens, como a compensação de perdas e ganhos entre os ativos que o compõem.

"A gente sempre combinou carteira com fundo

exclusivo. Ela agora está chamando a atenção dos bancos porque estão sendo pressionados pelos clientes. O custo da carteira é muito menor que o do fundo exclusivo, que não oferece mais o benefício de reinvestir o que iria para pagar **impostos.**"

"Vamos voltar a ver o processo de "financial deepening" após dois anos de estabilização" Rogério Freitas

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187776>

Mercado teme volatilidade e fiscal pior com Trump

Gabriel Caldeira e Eduardo Magossi De São Paulo

A sustentabilidade da trajetória fiscal dos Estados Unidos e um aumento da volatilidade dos ativos financeiros estão entre as principais preocupações de participantes do mercado em caso de vitória do ex-presidente Donald Trump na provável disputa contra o atual mandatário, Joe Biden, nas eleições presidenciais americanas, marcadas para novembro.

Com a vitória recente de Trump nas primárias de seu partido em Iowa e New Hampshire, o mercado começa a mapear potenciais riscos de um eventual segundo mandato do republicano. Um dos pontos que mais preocupam são os cortes de **impostos** adotados por Trump em seu primeiro mandato. Com o espaço fiscal bem menor após a aprovação de diversas pautas que elevaram os gastos públicos nos EUA durante o governo Biden, a diminuição da carga tributária poderia provocar uma deterioração fiscal ainda mais aguda, com reflexos expressivos nos mercados.

"A situação fiscal de agora é mais preocupante do que quando ele pegou em 2016. Se Trump quiser a ferro e fogo reduzir **impostos**, isso pode deteriorar bastante o cenário fiscal. [Trump] Pode até fazer algum ajuste do lado do gasto, mas aquilo que já está aprovado é mais difícil que ele reverta", diz a economista-chefe da Armor Capital, Andrea Damico.

O risco mais imediato que vem à mente dos investidores é a necessidade de que o Departamento do Tesouro dos EUA tenha de aumentar ainda mais as suas emissões de Treasuries para arcar com o aumento da dívida pública.

Desde meados do ano passado, o governo Biden tem enfrentado demanda menor do mercado pelos títulos públicos, o que, junto da política monetária restritiva do Federal Reserve (Fed), fez com que as taxas de juros de longo prazo saltassem aos maiores níveis em mais de uma década. Em alguns dias, a taxa da T-note de dez anos, o principal referencial global para os mercados financeiros, chegou a ficar acima de 5%.

"Alguns investidores soberanos reduziram suas participações em Treasuries, o que exigirá que o Tesouro identifique novos investidores globais ou conte com compradores nacionais", pondera o diretor de renda fixa para as Américas da UBS Global Wealth

Management, Thomas McLoughlin.

Na avaliação do gerente de portfólio de ações globais da Janus Henderson, Stephen Payne, embora um déficit fiscal maior possa sustentar o crescimento econômico no curto prazo, a tendência é que a curva de juros dos Treasuries ganhe inclinação devido à piora no endividamento, ou seja, as taxas de longo prazo aumentariam a distância em relação aos juros curtos.

De acordo com Clayton Allen, diretor para EUA do Eurasia Group, Trump não só deve tentar estender os cortes de **impostos** atualmente em vigor - e que vencem em 2025 - como também pode adotar um perfil gastador similar a Biden, embora o foco das despesas deva mudar. "Trump tentará reverter algumas das medidas de Biden, como alguns programas de transição de energia limpa. Mas retirar alguns dos programas de Biden e expandir os gastos em outras áreas não diminuirá o déficit", diz.

Nesse sentido, o estrategista global de juros e câmbio do banco australiano Macquarie, Thierry Wizman, diz que a resposta do mercado a um eventual novo corte de **impostos** pode não ser imediatamente negativa, já que os investidores costumam precificar uma melhora do crescimento e da produtividade da economia com a redução dos encargos tributários.

No entanto, o risco de que o apetite estrangeiro por ativos americanos diminua não vem apenas da questão fiscal, alerta.

Wizman diz ser esperado que um segundo governo de Donald Trump seja ainda mais isolacionista em relação a outras grandes economias globais, como China e Europa.

Para ele, parte desse distanciamento poderia vir na forma de tarifas comerciais, a exemplo do que foi adotado em seu primeiro mandato e que ocasionou uma guerra comercial sino-americana.

"Não se trata apenas do déficit, mas também do status do dólar como moeda de reserva; se os EUA continuarão como os "campeões da globalização" e se fortalecerão as suas relações... Se Trump tomar o caminho do isolamento, o dólar e os Treasuries perderão valor, não por causa da dívida, mas porque

os mercados não vão querer segurar tanto dólar", enfatiza o estrategista.

A retirada dos EUA enquanto principal liderança global também é um risco à medida que aumenta a volatilidade das relações entre os países e, por consequência, dos mercados financeiros, diz Allen, da Eurasia. A política interna americana também se torna mais instável, o que pode afetar os ativos financeiros, na visão de Damico, da Armor.

"O primeiro risco é de muita volatilidade nos mercados. Devemos nos lembrar de como foram os quatro anos de Trump: perde-se muitos ritos. Ele governou pelo Twitter", destaca a economista. O ex-presidente foi muito ativo no antigo Twitter, atual X, durante os seus anos de mandato, e por vezes surpreendia o mercado com postagens, o que amplificou os ruídos na dinâmica dos ativos financeiros.

Vale lembrar, ainda, das tensões entre Trump e o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell.

O chefe do banco central americano foi alvo de críticas do republicano por elevar os juros ao longo de 2019, mesmo tendo sido indicado ao cargo pelo próprio Trump.

A eventual adoção de barreiras tarifárias contra China e Europa ainda tem potencial de complicar a política monetária do Fed, dizem os profissionais. Embora esse risco seja marginal e o ciclo de corte de juros não deva ser alterado, o banco central teria de colocar a política de comércio exterior de Trump como um fator a ser considerado para as suas decisões de juros.

"Em algum momento, o mercado de renda fixa ficaria preocupado com as barreiras comerciais, sob a premissa de que isso poderia adicionar alguns pontos-base à **inflação**", diz Wizman, do Macquarie.

Para ele, no entanto, é provável que uma eventual política protecionista de Trump venha junto de um grande volume de reservas na China, o que seria deflacionário para a economia americana.

Já em relação à abordagem de Trump sobre a Europa, a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, tem afirmado que a volta do ex-presidente à Casa Branca representa um risco à economia da zona do euro. Payne, da Janus Henderson, concorda com a banqueira central.

"Um retrocesso no apoio dos EUA à Ucrânia poderia aumentar as preocupações com a segurança na Europa e reforçar ainda mais os gastos com defesa da União Europeia (UE). Na UE, dado o crescente apoio a partidos populistas, vale a pena ficar atento a

quaisquer rachaduras na coesão do bloco, com possíveis implicações para os rendimentos dos títulos periféricos e para o euro", diz o gerente da gestora britânica.

De volta ao cenário americano, Damico, da Armor, levanta a possibilidade de que o sucessor de Powell no comando do Fed seja mais alinhado aos objetivos econômicos de Trump. O mandato do atual presidente da autarquia termina em 15 de maio de 2026.

"Não acho que Trump tiraria Powell antes disso, até porque estamos em um momento de corte de juros. Mas acho que há o risco de que entre alguém com um pensamento que priorize o crescimento ou que possa demorar a elevar juros, ou eventualmente subir de forma insuficiente", pondera.

Após vitórias com ampla margem nas primárias do Partido Republicano nos estados de Iowa e New Hampshire, além da desistência de seu então adversário Ron DeSantis, o caminho parece aberto para que Trump seja escolhido como candidato republicano a enfrentar Biden no fim do ano. A vitória confortável de Trump em Iowa trouxe mal-estar ao mercado e, junto de outros motivos, provocou um aumento forte das taxas dos Treasuries de longo prazo e uma depreciação significativa do peso mexicano.

Ainda que o ex-presidente americano enfrente problemas legais por conta de sua suposta participação na invasão do Capitólio, a sede do Congresso dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021, é improvável que isso o impeça de disputar as eleições deste ano, observa Allen, da Eurasia.

"As questões legais são significativas, mas, no momento, a probabilidade de Trump receber a candidatura é de 90%. Ele pode ser condenado, mas isso não interferiria em sua candidatura presidencial. Pode afetar o mandato, mas não a eleição", avalia.

"Se Trump quiser a ferro e fogo reduzir **impostos**, isso pode deteriorar bastante o cenário **fiscal**" Andrea Damico

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187776>

Prazo para inscrição no Simples Nacional termina dia 31

O prazo para microempresas e empresas de pequeno porte aderirem ao Simples Nacional termina no dia próximo dia 31 de janeiro. O prazo para o envio do arquivo inicial e dos arquivos complementares, contendo o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) com pendências, começou a ser feito ainda em dezembro de 2023.

Podem se inscrever no Regime Especial Unificado de Arrecadação de **Tributos** e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte aquelas empresas com receita anual bruta de até R\$ 4,8 milhões. O regime especial unifica, em uma única guia de pagamento, o recolhimento de oito **tributos** federais, estaduais e municipais, com alíquotas diferenciadas, conforme o nível de faturamento e o setor de atuação da empresa.

Quem já é optante pelo Simples Nacional não precisa fazer nova opção. A exceção é para aqueles que foram excluídos do sistema, por meio de **comunicado** do optante ou de ofício. As empresas que escolhem o regime tributário contam com uma cobrança simplificada de diversos **impostos**, feitos por uma guia única mensal, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/29-01-2024-edicao24754/>

Cenário é positivo para déficit zero em 2024, diz secretário

Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta e Estevão Taiar

Em um ano de uma série de desafios para as contas públicas e desconfiança com o cumprimento do déficit zero, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, avaliou que o cenário neste momento é favorável para o governo atingir esse objetivo em 2024, sem necessidade de alterar a meta. "Uma meta folgada é uma não meta." Segundo ele, o resultado primário de 2023, que será divulgado hoje, ficou próximo de um déficit de 1,2% a 1,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"São sempre números parciais ainda, mas o que a gente tem observado em janeiro até o momento é um bom desempenho da arrecadação, então estamos confiantes porque nós engatamos um bom caminho para a área fiscal", afirmou. "Estamos batalhando, independentemente do que está previsto ou não, para cumprir a meta e ficar dentro da banda estabelecida. Hoje, enxergamos que temos condições de fato de entregar isso." Apesar de assegurar reiteradas vezes que uma mudança na meta não está nos planos, Ceron disse que "há uma compreensão equivocada em alguns agentes, achando que, se mudar a meta, vai poder gastar mais". "Não é verdade. O limite de despesa está dado", respondeu.

O secretário considera possível manter, para 2025, um superávit de 0,25% do **PIB** como meta fiscal, conforme previsto na divulgação do arcabouço. A informação estará no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril. "As metas são desafiadoras porque entendemos que tem que ser assim para termos o melhor resultado possível", disse.

Às vésperas de retomada dos trabalhos no Legislativo, quando o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão promete ir para o centro dos debates, Ceron expressou acreditar na capacidade de diálogo entre o Executivo e o Congresso. Se o veto cair, como vêm apontando alguns líderes partidários, o governo está preparado a agir, informou.

Nesta terça-feira (30), a Fazenda anuncia o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida de 2024. Ceron afirmou esperar o crescimento da participação de investidores estrangeiros na dívida pública neste

ano. Falou também que a maior emissão da história de títulos no mercado externo, ocorrida na semana passada, demonstrou o grande apetite do mercado para papéis brasileiros.

Assim, outras emissões devem ocorrer neste ano.

Ele afirmou que a nova política industrial, anunciada na semana passada, não vai impactar a trajetória fiscal e reiterou que não haverá aportes do Tesouro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O secretário disse acreditar na capacidade de governo e Congresso chegarem a entendimento sobre a Medida Provisória 1.202/23, que limita compensações tributárias, extingue o programa emergencial para o setor de eventos e retoma parcialmente a cobrança da contribuição sobre a folha nos 17 setores mais intensivos em mão de obra. O Congresso ameaça não aprovar o retorno da reoneração dos setores, já que, por duas vezes, decidiu que a desoneração deve ser mantida até 2027.

O sistema de desoneração da folha permitiu que as empresas de alguns setores intensivos em mão de obra substituíssem a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Segundo empresários e sindicalistas, esse modelo contribui para a geração de empregos, pois reduz custos com contratações.

Estudo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que, de 2018 a 2022, os setores que permaneceram com a folha desonerada tiveram crescimento de empregos da ordem de 15,5%, enquanto os que foram reonerados cresceram apenas 6,8% no período.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Qual o balanço de 2023?

A arrecadação caiu menos do que o esperado.

Rogério Ceron: Do ponto de vista fiscal, foi um ano positivo. O primeiro ano do governo e chegamos próximo do que havíamos sinalizado que perseguiríamos, apesar dos desafios e fatores extraordinários ao longo do ano, como os precatórios e a compensação aos Estados. O resultado se aproxima

de uma forma satisfatória do que nós tínhamos mirado.

Valor: Primeiro houve uma perspectiva de 2023 fechar com um déficit de R\$ 50 bilhões, antes até mesmo um superávit. De qual número o senhor está falando?

Ceron: Estou falando do déficit de 1% do **PIB**, que há um bom tempo estávamos sinalizando. A projeção abaixo de 1% do **PIB** estava no âmbito da Medida Provisória da Subvenção, pois estávamos cogitando enviá-la em março, e então poderíamos ter esse resultado - menos de 1% do **PIB**.

Acabamos tomando a decisão de não enviar naquele momento e então fomos claros que perseguiríamos 1% do **PIB**, resultado que teríamos atingido se não houvesse a compensação aos Estados.

Valor: O ano de 2023 encerrou com um déficit próximo aos R\$ 125 bilhões que o senhor havia sinalizado em dezembro?

Ceron: Não variou muito em relação a isso. Disse que ficaria em 1,2% ou 1,3% do **PIB**, excluindo o pagamento dos precatórios. Vamos fazer essa decomposição, pois é correto fazer uma prestação de contas do que sinalizamos e até onde conseguimos chegar com os desafios que foram surgindo. A redução da **inflação** foi muito boa para a economia, mas gera um efeito relevante negativo no fiscal, uma perda de cerca de R\$ 25 bilhões na arrecadação em 2023. E mesmo com o crescimento das compensações tributárias, ainda assim o resultado foi satisfatório. A arrecadação acabou fechando não tão ruim quanto esperado e isso cria boas perspectivas para 2024.

São números parciais, mas o que a gente tem observado em janeiro até o momento é um bom desempenho da arrecadação, então estamos confiantes. Engatamos um bom caminho para a área fiscal.

Valor: Caso a MP 1.202/23 não seja aprovada, o governo mudará a meta de déficit ou há outras medidas para perseguir esse objetivo?

Ceron: Prefiro acreditar que será encontrado um caminho nesse diálogo, como aconteceu em outras medidas. Ainda que outras medidas compensem algum ajuste que se faça na MP, estamos confiantes que esse diálogo acabará resultando em um acordo que permita não ter um impacto fiscal negativo que crie um obstáculo muito grande para os métodos que estão sendo perseguidos.

Valor: Isso significa que há outras medidas para

eventuais mudanças na MP?

Ceron: Quis dizer que, dentro da própria discussão da MP, pode ter algum ajuste positivo que compense um negativo, uma eventual alteração que não gere impacto fiscal. Mas tenho poucas condições de falar porque há negociações e não sou eu quem está conduzindo.

Em tese, sempre é uma possibilidade fazer um ajuste gradual em algo e compensar com outra medida, mas será um diálogo que vai se intensificar a partir de fevereiro.

Valor: O TCU apontou recentemente para um déficit de R\$ 55,3 bilhões neste ano, alegando que há receitas superestimadas e despesas subestimadas no Orçamento. Isso influencia uma decisão do governo de mudar a meta de déficit zero?

Ceron: Não, o norte continua o mesmo. Sempre houve algumas projeções discordantes de alguns atores, como o mercado e outros órgãos, e estamos, agora, convergindo lentamente para um número menor [de déficit]. Estão falando de R\$ 55 bilhões, mas provavelmente o relatório [do TCU] não considera algumas questões.

Valor: O senhor chegou a dizer que as compensações tributárias eram o maior fator de risco fiscal em 2024. Isso foi endereçado com o limite, mas o governo não repetiu o que a gestão Jair Bolsonaro fez ao colocar uma trava nos precatórios?

Ceron: Não considero semelhante, não. A limitação [da compensação] por exercício fiscal é para trazer alguma previsibilidade.

O contribuinte pode transformar em um precatório e vai ser pago no rito normal. Mas, pela arrecadação, constituir o crédito integralmente tira completamente a previsibilidade [da arrecadação].

Não há nenhum tipo de rolagem disso para frente.

Valor: O STF autorizou pagar o excedente dos precatórios fora das regras fiscais até 2026. Com esse limite à compensação, esse excedente não pode ficar muito alto nos próximos anos, já que as empresas tendem a recorrer aos precatórios?

Ceron: Acredito que não. Pode ter algum efeito, mas ainda acho que tem expectativa de que o fluxo de precatórios vai convergir para dentro do limite [de gastos] até 2026. Com as ações do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef) se encerrando, não tem nada que vai gerar um grande volume de precatórios de até R\$ 30 bilhões ou R\$ 50

bilhões no radar, segundo a AGU tem nos informado.

Valor: A respeito da consulta que o governo pretende fazer ao TCU sobre a interpretação do limite de contingenciamento, o ministro Fernando Haddad deu a entender [no programa "Roda Viva"] que não precisaria necessariamente seguir o que o tribunal decidiu. É isso mesmo?

Ceron: A redação gera algumas dúvidas e é preciso que o entendimento seja pacificado para não haver surpresas na execução [orçamentária].

Pode haver situações em que você descumpriria alguma norma, para cima ou para baixo, se não ficar claro. É uma questão de fixar o entendimento para ter clareza e pacificar isso. Já existe um diálogo sendo feito com o TCU. A partir desse entendimento, avaliamos o que fazer.

Valor: A consulta vai ser decisiva para o governo decidir manter ou mudar a meta?

Ceron: Estamos batalhando, independentemente do que está previsto ou não, para cumprir a meta e ficar dentro da banda estabelecida.

Hoje, enxergamos que temos condições de fato de entregar isso. Claro que sempre é difícil, muitas coisas podem acontecer, mas hoje, dado tudo que está em vigência, com a MP que foi publicada, como está vindo a arrecadação, as condições são positivas, não negativas.

Valor: O senhor disse que está confiante no déficit zero. Mas caso isso não aconteça, uma mudança de meta no primeiro ano de funcionamento do arcabouço não traria perda de credibilidade?

Ceron: Primeiro ponto: nós não estamos discutindo nenhuma alteração de meta. Além disso, o arcabouço não é a meta de resultado primário. A parte principal do marco fiscal é a continuidade da existência de um limite de despesa.

É legítima a discussão sobre como vai ser o primeiro ano, mas é um marco que vai funcionar a médio e longo prazo. O que estamos tentando fazer é acelerar esse processo, aí entra uma meta fiscal mais arrojada. Do contrário, era só deixar o arcabouço seguir seu caminho que haveria o ajuste. Há uma compreensão equivocada de alguns agentes achando que, se mudar a meta primária, vai poder gastar mais. Não é verdade. O limite de despesa está dado. Se tivesse uma mudança de meta, poderia não ter um cenário de contingenciamento, mas não uma ampliação orçamentária em relação ao que já está definido. Se der errado, reavaliamos lá na frente se as coisas não

performarem. Por enquanto, está seguindo bem.

Valor: E para 2025? Em abril segue para o Congresso a proposta da LDO e a meta indicada, quando foi apresentado o arcabouço fiscal, era superávit de 0,25% do **PIB**. Essa meta será mantida?

Ceron: Ainda está prematuro, não estamos olhando para 2025.

Mas é possível, sim. As metas são desafiadoras porque entendemos que tem que ser assim para termos o melhor resultado possível. Uma meta folgada é uma não meta. Hoje continuamos com esse cenário de cumprir essa trajetória.

Valor: Com o limite para as compensações, qual o maior risco fiscal de 2024?

Ceron: Talvez o cenário externo.

Uma queda mais significativa do preço de commodities gera uma repercussão [na arrecadação].

A receita tem uma vinculação menos com o câmbio e mais com as commodities. Por ora não parece que vai ter um grande movimento, mas eu diria que isso é o que está menos no controle.

Valor: Nesta terça-feira, a Fazenda divulga o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida de 2024.

A estratégia de não ficar chancelando o mercado e de usar um pouco mais o colchão de liquidez será mantida?

Ceron: No momento de volatilidade, o Tesouro tem que ficar um pouco mais conservador, e para isso existe o colchão de liquidez. O Tesouro não vai formar preço, mas também não [vai] adicionar volatilidade em um momento de estresse.

Isso funcionou bem [em 2023], a gente teve uma boa performance.

Para 2024, vamos tentar sinalizar que não existem grandes mudanças, mas pequenas novidades.

A estratégia de médio e longo prazos segue a mesma: melhorar o perfil e alongar [a dívida].

Valor: Será possível atrair mais estrangeiros para a dívida pública e fazer essa participação voltar para patamares de anos anteriores com as revisões de rating do Brasil?

Ceron: Acredito que sim. A gente está no caminho e espero que em 2024 aumente a presença de não

residentes na composição da dívida.

Valor: O instrumento de hedge pode ajudar?

Ceron: Em tese, sim. Estamos tentando avançar em um foco específico, que é a atração de investimento para a transição ecológica.

Isso, de alguma forma, vai transbordar e pode contribuir para atrair mais capital do país, para a própria gestão da dívida, a compra de títulos.

Valor: O ministro Silvio Costa Filho [Portos e Aeroportos] falou sobre um fundo de R\$ 6 bilhões para as aéreas. A Gol pediu recuperação judicial no exterior. Como estão as negociações?

Ceron: Participo das discussões.

O ponto é encontrar alguma forma de apoiar. Ninguém deseja nenhuma crise ou colapso das companhias aéreas. Mas, claro, a questão é fazer isso sem gerar impacto fiscal.

Valor: O ano começou com um clima ruim entre o governo e o Congresso, sobretudo por causa dos vetos às emendas de parlamentares.

Isso pode afetar a agenda econômica?

Ceron: Acho que não. Nossa relação com o Congresso tem sido sempre muito saudável e construtiva, e avalio que isso se mantém.

O Congresso está muito engajado nessa agenda de recuperação fiscal, então separa muito as discussões de governo e de Estado.

Nossa expectativa é que continue isso em 2024.

Valor: Mas, se o Congresso derrubar o veto às emendas parlamentares [no valor de R\$ 5,6 bilhões], vai ter que fazer um mega contingenciamento, não?

Ceron: Não gosto de ficar antecipando como vamos reagir. De novo: sempre encontramos um caminho de diálogo e de ajuste.

Então, não vai ser diferente. Claro, nos preparamos para qualquer cenário, mas tem funcionado muito bem o diálogo.

Valor: O governo anunciou a Nova Política Industrial e as críticas foram motivadas principalmente pelo receio de haver impacto fiscal.

Como blindar o Tesouro disso?

Ceron: São ações que envolvem muito mais a política de crédito do BNDES e outros órgãos do que algo novo que vá gerar uma pressão fiscal.

Não há nenhuma previsão de aporte ou nada disso. O BNDES está capitalizado, acima do índice regulatório, tem muita capacidade para cumprir o que ele está sinalizando que vai buscar.

Valor: Na semana passada tivemos mais uma emissão internacional do Tesouro, US\$ 4,5 bilhões, a maior da história. O que essa emissão e as outras duas do ano passado representam?

Ceron: Há claros simbolismos.

Em 2023, a primeira emissão sustentável do Brasil foi muito importante porque materializou a presença do Brasil nessa agenda internacional. Foi muito boa, com spread de países com grau de investimento.

Devemos ir a mercado neste ano novamente. A emissão que nós fizemos agora foi também muito emblemática por duas razões: primeiro, mostrou um apetite gigantesco do mercado externo do Brasil, nós fizemos a maior emissão da história, com uma demanda de US\$ 14 bilhões com um bom spread, e com títulos longos. Isso é o principal fator: nós colocamos títulos de 30 anos, fazia alguns anos que não tinha uma janela favorável para isso, isso sinaliza muito uma boa expectativa em relação ao país.

Valor: Como estão as discussões sobre a harmonização das estatísticas fiscais do Banco Central e do Tesouro?

Ceron: É comum o interesse de uma harmonização, há aprimoramentos que podem ser feitos das duas partes. O diálogo está institucionalmente muito bom e deve avançar em 2024.

"O que temos observado até o momento é um bom desempenho da arrecadação, então estamos confiantes"

"Ninguém deseja crise ou colapso das aéreas, mas a questão é fazer isso sem gerar impacto fiscal"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187776>

Copom deve manter plano de voo e cortar Selic em 0,5 ponto

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

Se, em dezembro, o COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA (COPOM) do BANCO CENTRAL já não mostrou inclinação para acelerar o ritmo de flexibilização dos juros, na reunião desta semana essa disposição deve ser ainda menor. A dinâmflacionária voltou a acionar um sinal de alerta entre participantes do mercado, que esperam mudanças pontuais na comunicação do colegiado e acreditam na manutenção de uma postura restritiva da POLÍTICA MONETÁRIA ao menos até o fim do ano.

Em pesquisa conduzida pelo Valor com 142 instituições financeiras e consultorias, é consenso a expectativa de que, na quarta-feira, a Selic deve ser reduzida em mais 0,5 ponto percentual e cair para 11,25%. Apenas uma casa - a corretora Planner - projeta um corte mais agressivo, de 0,75 ponto.

Já em relação às expectativas para o fim do ano, o ponto médio das projeções indica a taxa em 9%.

Com as festas de fim de ano, a comunicação do COPOM foi bastante restrita desde a reunião de dezembro - um fator adicional para a manutenção do plano de voo da autoridade monetária. No campo dos indicadores econômicos, porém, as surpresas observadas ensejaram cautela entre participantes do mercado, especialmente diante de uma leve deterioração na dinâmica dos preços de serviços.

"De dezembro para cá, não vimos nada que alterasse a perspectiva.

Claro, houve uma evolução benigna no ambiente internacional do ponto de vista da desinflação e, aqui no Brasil, apesar de a atividade ter mostrado moderação, alguns sinais têm apontado, ainda, para uma resiliência da economia", diz o economista-chefe para Brasil do BTG Pactual, Claudio Ferraz, que também destaca a pujança do mercado de trabalho e a composição "desfavorável" da **inflação**.

O IPCA-15 de janeiro, divulgado na sexta-feira, foi o indicador mais recente a desapontar quem esperava uma desinflação mais célere. O indicador, que ficou em 0,31%, veio abaixo do projetado.

No entanto, a difusão surpreendeu, ao subir de 55,9%

em dezembro para 67%; e a **inflação** subjacente de serviços, que tem sido alvo de atenção do COPOM, saltou de 4,09% para 4,28% ao se considerar a média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada.

"Já era um ponto de atenção e os dados, na margem, evidenciam que isso precisa ser observado.

O BC já vinha acompanhando esses números e vai continuar. Os componentes da **inflação** reforçam que o cenário é de manutenção do ritmo e de observação sobre como os preços vão evoluir.

Se os sinais de atividade econômica se provarem mais robustos, acho que será um ponto adicional de cautela", avalia Ferraz.

Leitura semelhante é feita pelo economista-chefe da Western Asset no Brasil, Adauto Lima. Ele nota que o IPCA de dezembro já havia mostrado deterioração na **inflação** de serviços - cenário que ganhou reforços na sexta-feira. "O processo de reduzir a **inflação** de serviços é mais difícil e acredito que, também por isso, o BC deve avaliar que a POLÍTICA MONETÁRIA deve seguir contracionista", afirma. Lima ressalta, ainda, que as expectativas de **inflação** de prazos mais longos continuam acima da meta, em 3,5%, no Relatório Focus.

Essa desancoragem ganha destaque particular no momento em que o horizonte relevante do COPOM deve incluir o ano-calendário de 2024 e, em grau maior, o de 2025. Assim, a **inflação** esperada para o próximo ano já deve começar a ter mais importância na condução da POLÍTICA MONETÁRIA.

Na pesquisa conduzida pelo Valor, de um total de 135 casas, a mediana aponta para o IPCA em 3,5% no próximo ano. Apenas dez casas veem a **inflação** no centro da meta em 2025 - casos de UBS BB e Opportunity, por exemplo. Há, contudo, instituições que projetam uma **inflação** no teto da meta (4,5%) ou até acima, como a gestora Apex Capital e a Genial Investimentos.

No caso do Bahia Asset Management, a expectativa é que o IPCA fique em 3,5% neste ano e em 3,2% em 2025. O economista-chefe para Brasil da gestora, no entanto, também mostra preocupações quanto à dinâmica recente da **inflação** de serviços e vê um

caminho árduo para a continuidade do processo desinflacionário mais à frente.

"Foram seis meses de surpresas baixistas com a **inflação**, mas as últimas divulgações do IPCA mostraram uma figura um pouco diferente, principalmente no lado de serviços.

É um ponto de alerta. No trecho do **comunicado** em que o BC descreve que as medidas de **inflação** subjacente estão se aproximando da meta, podemos ver uma retirada ou uma atenuação da linguagem", projeta Maciel.

As surpresas na **inflação** de serviços podem, inclusive, acalorar discussões sobre o mercado de trabalho, ao se ter em vista a relação entre os dois. "É difícil não pensar que a economia está próxima do pleno emprego e não sabemos direito qual a taxa de desemprego de equilíbrio [que não acelera nem desacelera a **inflação**]. Estamos monitorando os salários, já que são bastante relacionados à **inflação** subjacente de serviços. Se os salários sobem isso deve virar **inflação**, repasse de preços", afirma.

Ao observar os dados do IPCA- 15 de janeiro, Maciel destaca que os sinais prescrevem cautela. O Bahia Asset trabalha com uma **inflação** de serviços de 4,5% neste ano, o que deve atrapalhar um pouco o processo do BC. "Por isso não acreditamos em um juro terminal indo a 8,5% e ficamos com uma taxa mais próxima a 9,5%." Também confortável com sua projeção de Selic a 9,5% no fim do ciclo, que tem sido mantida desde julho, o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, dá ênfase à indicação do BC de que ainda é necessária uma POLÍTICA MONETÁRIA contracionista.

"E isso se dá em razão de fatores como as expectativas de **inflação** desancoradas; a questão fiscal, já que vamos continuar ouvindo ruídos; e um mercado de trabalho que segue apertado. Uma Selic a 9,5% continua bem calibrada." Na visão de Secemski, alterações de rumo pelo COPOM não devem ser vistas nesta semana. "Vimos uma queda muito tímida da projeção de **inflação** de 2024, que pode ter continuidade ao se ter em vista o resultado do IPCA-15 de janeiro.

Mas as expectativas de médio prazo permanecem desancoradas há mais de seis meses e, em particular, continuamos vendo ganhos reais nos salários e uma **inflação** de serviços subjacentes e de serviços intensivos em trabalho mostrando certa deterioração na margem." A preocupação dos economistas com a dinâmica dos serviços guarda relação com as indicações dadas pelo próprio COPOM, ao ter em vista que, no balanço de riscos, uma maior resiliência na

inflação de serviços do que a projetada é um fator de risco altista. "E, olhando os números do IPCA-15 de janeiro, em várias métricas vemos uma sugestão de exaustão daquele processo de desinflação que estávamos vendo", enfatiza Secemski.

O economista-chefe da Bradesco Asset Management, Marcelo Toledo, também espera poucas mudanças no **comunicado** e acredita que a indicação de cortes de 0,5 ponto na Selic nas próximas reuniões, no plural, deve permanecer.

"A **inflação** tem mostrado um cenário benigno para os núcleos e, olhando para médias dos últimos três meses, estamos em torno dos 3%, apesar da volatilidade das leituras mensais. O outro motivo é o nível da taxa de juros, já que 11,75% ainda está em território bastante contracionista. Se o BC cortar 0,5 ponto e sinalizar mais 1 ponto de cortes, ainda estaríamos falando de 10,25% em maio, o que é bastante restritivo", diz Toledo.

"Não vemos o COPOM ter grandes dúvidas sobre o espaço para chegar a 10,25% de juro e, portanto, essa sinalização deve ser mantida." Apesar da postura relativamente confortável do COPOM, Toledo avalia que, em algum ponto do ciclo, a indicação de "duas reuniões à frente" precisará ser discutida e o assunto pode acabar aparecendo na ata. "Eventualmente podemos ver algum debate, revelado pela ata, sobre o BC discutindo se essa comunicação não deveria mudar, porque, em algum momento, essa sinalização vai ter que mudar. A questão é como o COPOM vai sinalizar a retirada do "guidance" [projeção] sem que isso signifique uma alteração do plano de voo", diz.

"Os componentes da **inflação** reforçam que o cenário é de manutenção do ritmo de cortes" Claudio Ferraz

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187776>

Por que BCs resistem a acelerar corte de juros

Análise Roberta Costa De São Paulo

Os dados de **inflação** no Brasil e nos EUA divulgados na semana passada foram animadores. O IPCA- 15 de janeiro anotou alta de apenas 0,31% frente a uma expectativa de 0,47% colhida pelo Valor Data, furando, inclusive, o piso das projeções, de 0,40%. Já o PCE americano, índice que é meta do Federal Reserve (Fed, BANCO CENTRAL americano), caiu para 2,9% em dezembro na comparação anual na medida de núcleo - que retira itens voláteis e indica a tendência subjacente da **inflação** - também abaixo do esperado.

O mercado financeiro comemorou, como era de se esperar.

Sendo assim, investidores e consumidores não deveriam esperar uma aceleração de cortes aqui e o começo do ciclo de flexibilização nas taxas pelo Fed em breve?

Não parece ser caso ainda. Em ambos os países, permanece a preocupação com os preços de serviços, que estão mais rígidos que os demais desde a abertura das economias após a pandemia. Vejamos os destaques do que aconteceu com os preços nestes índices.

No IPCA-15, a surpresa veio do grupo transportes, puxado principalmente pela queda de 15,24% da passagem aérea, bem mais forte do que se esperava. A tarifa zero de ônibus em São Paulo em domingos e feriados afetou para baixo o grupo, além da redução do IPVA em várias regiões. Outro destaque foi a variação negativa da energia, contribuindo também para a menor variação do IPCA-15 cheio.

Na ponta contrária, destacou-se a alta do grupo alimentação e bebidas, puxado pela alimentação no domicílio, muito influenciado pelo clima desfavorável.

Mas o que chamou atenção foi o salto do índice de difusão, que mede quanto itens tiveram alta no período pesquisado. Ele passou de 55,9% em dezembro para 67% em janeiro, superando a média histórica de 61,6%, segundo cálculo da MCM. Além disso, o núcleo de "serviços subjacentes", muito olhado pelo BANCO CENTRAL, anotou alta de 0,68%, impulsionado por aluguel, condomínio e diversos serviços pessoais.

Por fim, a média de cinco núcleos de **inflação** monitorados pelo BC subiu de 0,28% para 0,33%. Embora tenha ficado aquém do que se esperava, quando se olha a média móvel de três meses, anual e dessazonalizada, o retrato é de continuidade da tendência de queda da **inflação** (2,9% contra 5,4% um ano atrás).

Nos EUA, grande parte da desinflação até agora veio nos preços dos bens, à medida que as cadeias de abastecimento se normalizaram e os custos de transporte diminuíram. Analistas dizem que deve ainda haver alguma pressão adicional proveniente desse grupo, como os custos de automóveis novos e usados, mas parte considerável do progresso da desinflação foi alcançado. Entretanto, quando se olha para os preços de serviços, grande parte permaneceu mais rígida e "há algum risco de a **inflação** estagnar acima da meta do Fed", como afirma o Citi em análise.

Os desafios para o COPOM e para o Fed, que se reúnem nesta semana, é administrar os ganhos conseguidos até aqui para que o trabalho se mantenha sem risco de voltarem atrás. A dinâmica subjacente da **inflação** nos serviços básicos merece atenção, em um contexto de mercado de trabalho apertado, política fiscal expansionista e dúvidas sobre a dinâmica fiscal nos próximos anos - o que é fator de peso na formação das expectativas de **inflação** pelos agentes.

Nos EUA, o Fed se depara com uma economia bem mais forte do que se previa há um ano. O crescimento dos salários e a oferta de empregos ajudaram a alimentar os gastos dos consumidores. E foram essas compras, juntamente com o fortalecimento contínuo dos gastos governamentais, das exportações líquidas e das ações, que ajudaram a impulsionar o **PIB**, cujo crescimento real e anualizado no quarto trimestre foi de 3,3%, após avanço de 4,9% no terceiro.

Analistas veem o crescimento dos salários como um risco e pontuam que a taxa de desemprego nos EUA, em 3,7%, terá de ultrapassar 4% para que as pressões sejam minimizadas sobre os preços.

Assim, tanto o COPOM quanto o Fed devem manter o curso dos planos para a POLÍTICA MONETÁRIA neste mês e nos próximos. Aqui, a taxa Selic deve ser reduzida em 0,5 ponto percentual, para 11,25%, na quarta-feira. Nos EUA, os juros devem ser mantidos

no intervalo entre 5,25% e 5,5%.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187776>